

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-8-2023.

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Cassiá Carpes, Conselheiro Marcelo, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 081/23 (Processo nº 0168/23), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 271/23 (Processo nº 0486/23), de autoria de Jessé Sangalli e Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 370/23 (Processo nº 0649/23), de autoria de Marcelo Sgarbossa; o Projeto de Lei do Legislativo nº 405/23 (Processo nº 0723/23), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 407/23 (Processo nº 0730/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 442, 443, 444, 445 e 446/23 (Processos nºs 0733, 0734, 0735, 0736, 0737, 0738, 0739, 0740, 0741, 0742, 0743, 0744, 0745, 0748, 0750, 0753, 0754, 0755, 0756, 0757, 0758, 0759, 0766, 0767, 0768, 0769 e 0770/23, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; e os Projetos de Resolução nºs 013 e 027/23 (Processos nºs 0164 e 0237/23, respectivamente), de autoria de João Bosco Vaz. Foi apregoado documento firmado por Fernanda Barth, por meio do qual informa ter se desfilado do partido PODEMOS no dia dois de agosto do corrente, filiando-se, na mesma data, ao Partido Liberal – PL (documento 0596802, SEI nº 212.00067/2023-07). Em consequência, na mesma data, o Partido Podemos – PODEMOS – deixou de ter representação na Câmara Municipal de Porto Alegre, e restou desconstituído o bloco partidário integrado pelos partidos Podemos e Republicanos, o qual foi formado no dia quinze de fevereiro do corrente. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Lourdes Sprenger, nos dias oito e quinze de agosto do corrente, das dezenove às vinte e uma horas, a fim de participar do Primeiro Encontro da Medicina Veterinária Integrativa, em Porto Alegre – RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia oito de agosto do corrente, das doze às

quatorze horas, a fim de participar do Evento MENUPOA, com o tema "Lançamento do Projeto MENTORIA 60+, em Porto alegre – RS. Foi apregoado o processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bam, a fim de participar, no dia nove de agosto do corrente, das doze às quatorze horas, do evento "Tá na Mesa", com o tema "Desafios para o Desenvolvimento Econômico Gaúcho", na Sede da FEDERASUL – Porto Alegre – RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Moisés Maluco do Bem, no dia dez de agosto do corrente, às dez horas, a fim de participar da coletiva de Imprensa e Café da Manhã de Apresentação do Patrono da 69ª Feira do Livro de Porto Alegre e lançamento da campanha dessa Feira, em Porto alegre – RS. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Elsa Maria Gianlupi, do Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do Projeto da Comissão Parlamentar do Conselho Regional de Odontologia – CRO/RS que trata da importância da atenção aos respiradores bucais. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Tiago Albrecht, Pedro Ruas, Engº Comassetto, Jonas Reis e Lourdes Sprenger, manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e nove minutos às quatorze horas e quarenta e dois minutos. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso dos 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul e dos 105 anos do Tribunal Militar do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 154/23 (Processo nº 0821/23), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Desembargador Militar Amílcar Fagundes Freitas Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Desembargador Militar Sérgio Antonio Berni de Brum, decano da Corte e Ouvidor-Geral da Justiça Militar; Coronel Cláudio dos Santos Feoli, Comandante-Geral da Brigada Militar; Coronel Douglas da Rosa Soares, Subcomandante-Geral da Brigada Militar; Coronel Volnei Ceolin, Diretor do Departamento de Planejamento e Integração da Secretaria Estadual da Segurança Pública e representante do Secretário Estadual da Segurança Pública; Capitão de Mar e Guerra Rodrigo da Silva Tavares, Capitão dos Portos de Porto Alegre, representando a Marinha do Brasil; Coronel Gerson da Silva Velasques, representando o Comando Militar do Sul; Delegado Heraldo Chaves Guerreiro, Subchefe da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Mônica Leal, representando a Mesa Diretora. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e dois minutos às quinze horas e trinta e seis minutos. Em prosseguimento, o período de COMUNICAÇÕES foi destinado a assinalar o Transcurso dos 59 anos do 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 115/23 (Processo nº 0594/23), de autoria de Alexandre Bobadra. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Coronel Cláudio dos Santos Feoli, Comandante-Geral da Brigada Militar; Coronel Douglas da Rosa Soares, Subcomandante-Geral da Brigada Militar; Coronel Luigi Gustavo Soares Pereira, Chefe do Estado-Maior da Brigada Militar; Coronel Cláudio de Azevedo Goggia, Comandante do Comando de Polícia de Choque da Brigada Militar; Coronel Volnei Ceolin,

representante da Secretaria Estadual da Segurança Pública; Tenente-Coronel Álvaro Martinelli, Comandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque da Brigada Militar; Capitão Leonardo Luizelli Altafini, Subcomandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque da Brigada Militar; Coronel Vladimir Luís Silva da Rosa, Corregedor-Geral da Brigada Militar; e o Tenente-Coronel Julimar Fortes Pinheiro, Corregedor-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e nove minutos às dezesseis horas e dezenove minutos. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia, solicitando: alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão; e alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Na oportunidade, por solicitação de Claudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a João Batista Inocentini, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Sindnapi. Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 151/23 (Processo nº 0818/23), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Marcelo Sgarbossa, Cláudia Araújo, Prof. Alex Fraga, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra e Fernanda Barth, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia e Pedro Ruas, por vinte votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/22 (Processo nº 0677/22). Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, aposta ao Projeto de Resolução nº 024/22 (Processo nº 0386/22). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 153/23 (Processo nº 0820/23), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Cassiá Carpes, Jonas Reis, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht, Mauro Pinheiro, Biga Pereira, Márcio Bins Ely e Fernanda Barth, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, por vinte e oito votos SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Às dezoito horas e trinta e cinco minutos, por acordo de líderes, foi encerrada

a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento, formulado por José Freitas e Karen Santos, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente para a próxima Sessão Ordinária. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 007 e 010/23; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 011, 156, 368 e 369/23 e o Projeto de Resolução nº 061/23; e, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/23, o Projeto de Lei do Executivo nº 018/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 452/22 e 104, 199, 252, 255, 265, 303, 304, 310, 359, 360, 363, 366, 371, 372, 373, 375, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 389, 391, 392, 393 e 394/23, e os Projetos de Resolução nºs 052, 054, 055, 056 e 057/23. Às dezoito horas e trinta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a Décima Terceira Sessão Extraordinária, a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde, com a bênção de Deus.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento firmado pela Ver.^a Fernanda Barth, por meio do qual informa ter se desfilado do Partido Podemos, no dia 2 de agosto de 2023, filiando-se, na mesma data, ao Partido Liberal – PL (documento 0596802, SEI nº 212.00067/2023-07). Em consequência, na mesma data, o Partido Podemos – PODE – deixou de ter representação na Câmara Municipal de Porto Alegre, e restou desconstituído o bloco partidário integrado pelos partidos Podemos e Republicanos, o qual foi formado no dia 15 de fevereiro de 2023.

Aprego as seguintes representações externas, deferidas pelo Presidente: da Ver.^a Lourdes Sprenger, no I Encontro da Medicina Veterinária Integrativa, no auditório do Conselho Regional de Medicina Veterinária, Porto Alegre, RS, nos dias 8 e 15 de agosto de 2023, das 19h às 21h. (SEI nº 017.00005/2023-21); da Ver.^a Mônica Leal, no Evento MENUPOA, com o tema “Lançamento do Projeto MENTORIA 60+”, no Salão Nobre do Palácio do Comércio, Porto Alegre, RS, no dia 8 de agosto de 2023, das 12h às 14h. (SEI nº 017.00005/2023-21); do Ver. Moisés Maluco do Bem, no Evento "Tá na Mesa", com o tema "Desafios para o Desenvolvimento Econômico Gaúcho", na sede da Federasul, Porto Alegre, RS, no dia 9 de agosto de 2023, das 12h às 14h. (SEI nº 017.00005/2023-21); do Ver. Moisés Maluco do Bem, na Coletiva de Imprensa e Café da Manhã de Apresentação do Patrono da 69ª Feira do Livro de Porto Alegre e lançamento da campanha dessa Feira, no Master Express Grande Hotel, Porto Alegre, RS, no dia 10 de agosto de 2023, às 10h.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo ao projeto da comissão parlamentar do CRO/RS que trata da importância da atenção aos respiradores bucais. A Sra. Elisa Maria Gianlupi, representando o CRO/RS, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. ELISA MARIA GIANLUPI: Boa tarde a todos, senhores vereadores e cidadãos que aqui nos assistem; é uma honra estar aqui para falar de um tema de tamanha magnitude, que é a atenção à síndrome do respirador bucal. Sou Elisa Gianlupi, presidente da comissão parlamentar do Conselho Regional de Odontologia, juntamente com as doutoras Patrícia Kertesz e Claudia Gonçalves Mazon. Inicialmente, mostraremos um vídeo institucional do conselho, mostrando as suas ações, atribuições, prerrogativas e, posteriormente, seguiremos com o tema. (Projeção de vídeo.) Ali nós estamos mostrando as campanhas Sorriso Justo, Sorriso Seguro, que é a fiscalização nos postos de atendimento do município; Sorriso da Dignidade, que é a atenção às mulheres vítimas de violência doméstica. E mostrando as funções do conselho, que são a fiscalização, a remissão dos que se aposentam, as novas inscrições. Agora tivemos a campanha do Maio Vermelho, que foi muito bem divulgada, teve a participação de jogadores de futebol, de artistas. O Maio Vermelho é referente ao câncer de boca, à prevenção ao câncer bucal. E aí foram desenvolvidas várias ações em muitas cidades aqui do Rio Grande do Sul. Eu falo da importância do diagnóstico precoce, porque, dos casos diagnosticados de câncer bucal, quase metade vai a óbito, então é um tema de tamanha relevância.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

SRA. ELISA MARIA GIANLUPI: Ali é dentro do tema que eu falarei hoje, que são as características posturais do respirador bucal, pois toda postura do paciente se altera e também tem uma foto da face de um respirador bucal, que vai aparecer em seguida. Ele tem a cabeça anteriorizada, ombros protusos, escápulas aladas, ele tem que puxar o ar para respirar, então tira toda a coluna do prumo normal. Essas são as características do respirador bucal: os dentinhos projetados, olheiras. Agora eu vou falar melhor aqui. Vamos dar sequência então ao tema. Você respira? Sim, obviamente você respira, mas você acha que respira bem? Eu quero ver se no final desta explanação a sua resposta será a mesma. Através da respiração, o oxigênio é levado às células que produzem energia para os órgãos realizarem suas funções vitais, comportamentais, emocionais e de desenvolvimento. Segundo Murdocco, 2005, a respiração bucal quebra a cadência da respiração, tornando-a mais curta, rápida e superficial; o ar é mais inspirado do que expirado. Desse comportamento inconsciente, podemos deduzir que o indivíduo carrega pouca energia e descarrega menos ainda; isso acarreta consequências em todo o

organismo. É por isso que muitas vezes o respirador bucal é agitado, porque ele faz uma respiração curta, ofegante e isso também afeta o aprendizado, porque é levado pouco oxigênio para o cérebro. Aqui no sul, nós temos esse problema agravado em razão do clima, com otites e rinites principalmente, sinusites. As características, sinais e sintomas do respirador bucal são a face alongada, olheiras, bruxismo, dificuldade para dormir, dificuldades de fala, de fonação, de mastigação, problemas posturais, porque ele tem que projetar a cabeça, como vocês viram no *slide* ali, ele tem que projetar a cabeça para respirar, então dá problema de cifose, escoliose, lordose, problemas gástricos, porque ele tritura mal os alimentos e exige mais o suco gástrico, então normalmente tem problemas de azia, de má digestão. Há um estudo de Ribeiro *et al.*, um amplo estudo de revisão bibliográfica, 80% dos respiradores bucais tinham problemas de aprendizagem e até comportamentais, problemas de disciplina entre as crianças. E eu saliento a correlação entre respirador bucal e Transtorno do Déficit de Atenção.

Em um outro estudo, aproximadamente 100 crianças, 75% dos meninos e 54% das meninas que apresentavam Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade eram respiradores bucais. E quais os sinais e sintomas relacionados entre respirador bucal e Transtorno do Déficit de Atenção? Ansiedade, irritabilidade, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de concentração, baixa autoestima e problemas de socialização. Embora mais da metade apresentasse respiração bucal, não foi esse o motivo que levou os pais a procurarem atendimento médico, já direcionando para um tratamento de Transtorno do Déficit de Atenção, já procuravam direto um psiquiatra ou um neurologista. Esse diagnóstico precipitado, sem salientar a respiração bucal e sua multidisciplinaridade pode levar a um insucesso do tratamento e sobrecarregar o paciente com medicações pesadas, muitas vezes, desnecessárias. É um sinal que a falta de conhecimento de pais e professores pode agravar o quadro clínico inicial e, às vezes, torná-lo até irreversível.

E qual é a relação do SUS com isso? Isso onera mais o Estado, porque o paciente tem que peregrinar por vários profissionais até chegar no diagnóstico e no tratamento adequado, leva mais tempo e ele é sobrecarregado com muitas medicações, muitas vezes, desnecessárias. O que poderia ser resolvido em uma associação com otorrino, cirurgiões dentistas – em especial ortodontistas e ortopedistas funcionais – através de um tratamento simples com aparelhinhos intrabucais, porque o respirador bucal tem os dentes projetados, então a gente corrige isso. Um tratamento simples e um tempo relativamente curto.

Que importância do tema e o impacto que causa na qualidade de vida da população motivem os senhores a promoverem políticas públicas de saúde em busca de um olhar mais atento e um tratamento mais assertivo em associações, entidades, autarquias. A busca por conhecimento pode transformar vidas.

Eu finalizo com uma frase de Hipócrates para reflexão dos senhores: “A cura está relacionada ao tempo e também à circunstância.” Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado. Convidamos a Sra. Elisa Maria para compor a Mesa conosco. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; Sra. Elisa Maria Gianlupi, presidente da comissão parlamentar ou de relacionamento com os parlamentos do Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul; na sua pessoa, cumprimento as demais dentistas, odontólogas que se encontram aqui conosco nesta tarde. Uma temática muito importante, a Tribuna Popular é realmente o espaço em que a sociedade vem para dentro do Parlamento dar o seu recado, dar os seus alertas, as suas contribuições, e hoje a senhora, dona Elisa, faz isso com muita propriedade, alertando que a odontologia está sempre atenta e alerta para com a importância da saúde bucal, da respiração bucal e, por conseguinte, de todo o sistema respiratório do ser humano. Parabéns pelo trabalho. Conte com o nosso apoio, aliás o meu mandato vai protocolar um projeto de lei para o dia da atenção da saúde bucal. Esse projeto estará aberto a todos os parlamentares desta Casa, porque, Ver. Pedro Ruas, não é esquerda ou direita, não é centro, somos seres humanos e precisamos cuidar da nossa saúde. Então será protocolado em breve nesta Casa, para apoio geral de todos os núcleos políticos, e também, para o ano que vem, já estamos estudando a possibilidade de parcerias para que as pessoas lá na ponta que tanto precisam de tratamento bucal possam receber. Parabéns, dona Elisa! Seja sempre bem-vinda a esta Casa, e que Deus abençoe o trabalho do CRO.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; a senhora é CD? Cirurgiã-dentista, Dra. Elisa Maria Gianlupi. Eu tenho muita alegria em falar sobre o CRO, porque eu fui procurador jurídico do CRO há muitos anos, fui eu quem fez o plano de carreira das servidoras e servidores, isso deve ter uns 30 anos mais ou menos; já era na Rua Vasco da Gama, mas não naquele endereço atual. Parabenizo o CRO; eu conheço o trabalho do CRO, eu conheço as informações que ele consegue transmitir à sociedade e gostaria muito que o CRO contasse com esta Casa, o nosso mandato fica à disposição, e as pessoas que lá estão junto com a senhora, os demais componentes desse órgão de classe com certeza têm muito a oferecer à sociedade porto-alegrense e gaúcha e nós temos que colaborar com isso. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente Sossmeier. Prezada Dra. Elisa, cumprimentando a senhora e as colegas cumprimento todo o Conselho Regional de Odontologia. Gostaria de dizer que aqui na Câmara e no período em que estamos aqui temos lutado muito, sempre, para que a saúde pública municipal tenha as suas equipes completas, inclusive nas comunidades que sempre estão faltando equipes completas da odontologia, e/ou mesmo os materiais adequados para poder atender a essa demanda que é muito grande. Agora, novamente, voltou para o Brasil o programa Brasil Sorridente, que é uma política para poder fazer com que a sociedade socialize cada vez mais esse tema da necessidade da saúde bucal, e mesmo da saúde, da necessidade que, como vocês trazem, para poder respirar bem e/ou dormir bem. A tecnologia tem avançado muito ultimamente, mas ela é difícil acesso, principalmente para quem mais necessita. Então, um grande abraço, vida longa ao Conselho Regional de Odontologia, conte conosco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querido Presidente, obrigado pelo espaço de fala; queria aqui parabenizar o Conselho, a Sra. Gianlupi – parabéns, no seu nome, cumprimento todas e todos os dentistas do nosso Estado, principalmente de Porto Alegre. Quero aqui dar um testemunho de como eu tive a oportunidade de apoiar essa área tão importante, quando foi diretor-geral do Simpa, quando modernizamos o consultório odontológico, o que há muito tempo não acontecia, para os equipamentos serem adequados com o tempo histórico para o serviço dos dois dentistas dos nossos mais de nove mil associados; então, o trabalho de vocês é fundamental, seja no setor público ou no setor privado. Vida longa e bom trabalho ao Conselho, com essa pauta tão importante que vocês trazem aqui. Contem sempre com a Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente Sossmeier, a Elisa está aqui representando os odontólogos. Nós levamos essa pauta muitas vezes à Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Aqui está sendo falado nas doenças respiratória, lá tratamos muito do câncer bucal, que pode parecer algo muito raro, mas não é; hoje é algo que tem que se ter cuidado. Quero cumprimentá-la por dar visibilidade a sua causa, bem como à saúde pública, à saúde em geral. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Agradecemos a presença da Sra. Elsa Maria Gianlupi, representante do Conselho Regional de Odontologia do Estado do Rio Grande do Sul. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h39min.)

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul e dos 105 anos do Tribunal Militar do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 154/23, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: Sr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo, desembargador, presidente do Tribunal de Justiça Militar; Sr. Sérgio Antônio Berni de Brum, decano da Corte, ouvidor-geral do Tribunal de Justiça Militar; Sr. Cláudio dos Santos Feoli, comandante-geral da Brigada Militar; Sr. Douglas da Rosa Soares, subcomandante-geral da Brigada Militar; Sr. Volnei Ceolin, diretor do Departamento de Planejamento e Integração, neste ato representando o secretário de Estado da segurança; Sr. Rodrigo da Silva Tavares, capitão dos portos de Porto Alegre, representando a Marinha do Brasil; Sr. Gerson da Silva Velasques, representando o Comando Militar do Sul; Sr. Heraldo Chaves Guerreiro, subchefe de polícia do Estado do Rio Grande do Sul.

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Nacional, que será executado pela banda da Brigada Militar, sob comando do sargento Diornes Viliano Cardoso Júnior.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

SR. JOSÉ LUIZ ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias) Prestigiam essa solenidade o Sr. Paulo Roberto Mendes, corregedor-geral do Tribunal de Justiça Militar; Sr. Fábio Duarte Fernandes, desembargador militar; Sr. Rodrigo Mohr Picon, desembargador militar; Sr. Vladimir Luis Silva da Rosa, corregedor-geral da Brigada Militar; Sr. Aldronei Antonio Pacheco Rodrigues, superintendente da polícia federal do Rio Grande do Sul; Dr. Leonardo Lamaquia, presidente da OAB/RS; Sr. Gilson Ribas Cajal, representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Wilson Covatti, ex-deputado federal; coronel Cláudio de Azevedo Goggia, comandante

do Comando de Polícia de Choque da Brigada Militar; Sr. Julimar Fortes Pinheiro, tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Militar.

A Ver.^a Mônica Leal, representando a Mesa Diretora, proponente desta homenagem, está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; Presidente da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul; desembargador militar Amílcar Fagundes Freitas Macedo, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul; desembargador militar Sérgio Antônio Berne de Brum, decano da Corte e Ouvidor-Geral da Justiça Militar; coronel Cláudio dos Santos Feoli, Comandante-Geral da Brigada Militar; coronel Douglas da Rosa Soares, Subcomandante-Geral da Brigada Militar; Sr. Volnei Ceolin, diretor do Departamento de Planejamento e Integração da Secretaria Estadual da Segurança Pública, representando o secretário Estadual de Segurança Pública; capitão de Mar e Guerra Rodrigo da Silva Tavares, capitão dos Portos de Porto Alegre, representando a Marinha do Brasil; coronel Gerson da Silva Velasques, representando o Comando Militar do Sul; sargento Viliano, mestre da banda; desembargador militar Paulo Roberto Mendes, Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça Militar; desembargador militar Fábio Duarte Fernandes; desembargador militar Rodrigo Mohr Picon; coronel Vladimir Luis Silva de Rosa, Corregedor-Geral da Brigada Militar; delegado Andrei Augusto Passos Rodrigues, superintendente da Polícia Federal do Rio Grande do Sul; delegado Heraldo Chaves Guerreiro, subchefe da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Leonardo Lamachia, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; coronel Gilson Ribas Cajal, representando a Defensoria Pública do Estado; Sr. Vilson Covatti, ex-deputado federal; coronel Cláudio de Azevedo Goggia, comandante do Comando de Polícia de Choque da Brigada Militar; coronel Julimar Fortes Pinheiro, Corregedor-Geral do Corpo de Bombeiros Militar. Quero agradecer a presença de todos os senhores, autoridades que prestigiam este evento e que mostra a importância do tema. Através de uma ideia minha, solicitei à Mesa Diretora da Câmara que apoiasse esta minha indicação e nesse sentido eu fiz questão de citar aqui a presença de todos. Por ser filha orgulhosa de militar, o coronel Pedro Américo Leal, sempre estive próxima das forças de segurança e das instituições correlacionadas. Por isso é motivo de muito orgulho estar realizando esta homenagem a duas instituições que se complementam e há anos são responsáveis por aplicar a lei, no âmbito militar, com equilíbrio e imparcialidade, zelando pelo bem da sociedade.

A história da justiça militar gaúcha acompanha a história do Rio Grande do Sul, tendo surgido há 175 anos, sob a Lei nº 148, de 24 de julho de 1848, logo após o fim da Revolução Farroupilha. Desde lá, a instituição vem moldando, atualizando e aprimorando a sua atuação em busca de uma prestação de serviço eficiente, célere e transparente. Da mesma forma, o Tribunal de Justiça Militar, órgão de segunda instância, que está completando 105 anos, consolida-se pela seriedade, pela confiabilidade perante a sociedade, julgando os militares estaduais que cometem crimes militares com rigor e imparcialidade como deve ser. Por se tratar de uma jurisdição especializada, podem surgir

questionamentos sobre o porquê de se reservar um foro especial aos militares. Essa distinção, no entanto, é fundamental para manter a ordem, garantir a segurança da sociedade e proteger os cidadãos e seus bens, pois a prática dos crimes julgados pela justiça militar reflete diretamente na segurança do País, dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

A justiça militar não julga militares pela prática de qualquer crime, mas somente pela prática de crime militar, ou seja, apenas para os crimes militares, cometidos por esses, sempre com especial atenção e conhecimento sobre os riscos físicos e psicológicos e os aspectos técnicos e operacionais aos quais eles estão expostos. Bombeiros e policiais militares, diferentemente dos outros servidores públicos, estão sujeitos a uma legislação específica que os obriga a manterem rígida e inflexível disciplina e hierarquia. A eles é proibida a atividade político-partidária, a greve, a sindicalização; também não gozam de outros direitos sociais como remuneração por trabalho noturno superior à do trabalho diurno. Formam, portanto, uma classe especial de servidores públicos, e é com muita responsabilidade e seriedade que a justiça militar vem garantindo que esses militares que realizam um trabalho tão valoroso para a sociedade e abdicam de tantas coisas para exercerem suas funções estejam sempre sob rígidas normas de conduta, tendo os seus direitos também resguardados. Além de cumprir esse importante trabalho pela manutenção da ordem na nossa sociedade, a Justiça Militar também se mostra como uma instituição atenta aos problemas que assolam a sociedade como um todo. Exemplos recentes disso são adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, ressaltando o comprometimento da instituição com a promoção da igualdade e justiça social; o apoio à campanha #AdotarÉAmor, do Conselho Nacional de Justiça, que tem por objetivo ampliar a divulgação da temática da adoção; e a arrecadação de doações para as vítimas do ciclone extratropical que atingiu o estado na metade do mês de julho. Também é exemplo de transparência e credibilidade perante a sociedade, sempre prestando esclarecimentos e divulgando informações pertinentes sobre os casos que vêm sendo julgados, como o conhecido caso Gabriel que chegou a ganhar um portal exclusivo para que a população pudesse acompanhar os desdobramentos devido à sua relevância e interesse público.

Eu, como procuradora especial da mulher nesta Casa, quero destacar também que a Justiça Militar tem sido uma grande parceira no combate à violência contra a mulher no nosso Estado. Exemplo disso é o canal Basta!, lançado pelo Tribunal em setembro do ano passado e que é destinado ao recebimento e ao encaminhamento de denúncias de assédio e discriminação, com atendimento voltado prioritariamente às mulheres e aos homens que atuam ou se relacionem com magistrados e magistradas e com servidores e servidoras do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros. A criação do canal foi uma parceria da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual com a Ouvidoria e a Ouvidoria da Mulher, que inclusive é a primeira Ouvidoria da Mulher entre as justiças militares do País e coloca o Rio Grande do Sul como pioneiro na busca pela igualdade entre homens e mulheres e pelo fim da violência de gênero no âmbito militar. Diante de tudo isso, eu

quero ressaltar que para mim nada é mais importante na organização de uma sociedade do que garantir a justiça entre os que a pertencem. É por exercerem essa função com excelência no nosso Estado que a Justiça Militar e o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul são merecedores desta e de todas as homenagens. Parabéns e obrigada de coração pelo trabalho de vocês. Contem sempre com o Legislativo da capital do Rio Grande do Sul.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigada, Ver.^a Mônica Leal, por esse aparte, nesse momento tão importante, parabéns à sua iniciativa de estar aqui homenageando a nossa Justiça Militar, o Tribunal de Justiça Militar, tão importantes. Eu, que venho da caserna, quero cumprimentar toda a tropa que está aqui, oficiais, praças, a nossa querida banda de música, o Presidente Hamilton, o nosso querido presidente do Tribunal de Justiça, meu amigo, o desembargador Amilcar, o nosso querido sempre coronel de Brum, também aqui desembargador, comandante-geral por juízo, a minha continência ao senhor, o nosso subcomandante Douglas, o chefe do Estado Maior, o Luigi que está ali, representando o secretário do Estado e Segurança, o coronel Volnei Celis, o Rodrigo da Silva Tavares, capitão dos portos, e representando o Comando Militar do Sul, o coronel Gerson da Silva Velasques; sintam-se todos aqui abraçados; também não poderia deixar de falar dos juízes, o coronel-mor, nosso ex-comandante-geral, comandante Fábio, e também o nosso querido Covatão, deputado federal, estadual, o nosso secretário de turismo, enfim. Dizer para vocês que eu fico muito feliz que esta Casa está hoje homenageando aqui a nossa Justiça Militar, que está completando 175 anos, 105 do Tribunal Militar Estadual, e dizer que é uma justiça efetiva, especializada, que tem se mostrado célere em todas as ações, a efetividade a eficácia que o Tribunal e a Justiça Militar têm dado em casos pontuais de problemas que se apresentam na tropa têm mostrado o quanto nós todos somos legalistas. Isso que é preciso acontecer, nós precisamos cada vez mais que a Justiça Militar fique fortalecida. Pena que hoje o Tribunal Militar apenas em três Estados que ainda estão aqui acontecendo, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com tribunais. Poderíamos ter mais dez Estados com Tribunal Militar, infelizmente ainda não estão colocados nesses locais. Estamos aqui num parlamento, no momento em que nós somos vereadores eleitos também não podemos esquecer que à época, muito próxima de agora, meados de 2012, a Justiça Militar aqui correu sérios riscos de ser extinta e, num movimento em que todos nós fizemos, comandantes de batalhão, parlamentares, conseguimos barrar aquilo que estava sendo destruído, inclusive aqui por alguns partidos de oposição desta Casa que queriam, naquele momento, terminar com as nossas Justiças Militares e, graças ao nosso Deus e graças à movimentação de parlamentares do Comando Geral da Brigada, de muitos comandantes regionais, nós conseguimos manter a Justiça Militar, o Tribunal, cada vez mais fortes, cada vez mais atuantes. Por isso essa homenagem no dia de hoje, não apenas da Mesa, não apenas da Ver.^a Mônica, mas quando há uma homenagem é Porto Alegre que está homenageando aqui a Justiça Militar e o Tribunal. Vida longa, que

continuemos nessa caminhada, que possamos cada vez mais fortalecer e dizer sim, nós precisamos dessa justiça célere, efetiva e cada vez mais especializada. Muito obrigada.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Ver.^a Mônica Leal, parabéns pela homenagem, pelos 175 anos da Justiça Militar, V. Exa. acerta em cheio em trazê-los a esta Casa do Povo. Saudando o Presidente Amilcar Fagundes Freitas Macedo e todos os outros, na pessoa do hoje meu amigo coronel Feoli, a quem pude conhecer a partir do Ver. Moisés Barbosa, também desta Casa, e o Feoli também nutre do nosso carinho, da nossa admiração. Falando sobre a justiça militar, em nome do partido NOVO, quero parabenizar pelos 175 anos da justiça, uma justiça que costuma ser muito mais rápida, aliás, do que a justiça comum. Falando em justiça comum, infelizmente, nós temos hoje uma ditadura da justiça comum. Há uma perseguição à liberdade de expressão, há uma perseguição a quem destoa do rei, e isso é muito ruim para o nosso Judiciário, inclusive, tendo o rei indicado um amigo pessoal, o seu advogado pessoal para dentro da Suprema Corte, o que é lamentável. Portanto, a vinda de vocês aqui nos traz esperança de que, realmente, a justiça, seja ela militar, seja ela civil, está aí para, dentro dos freios e contrapesos, ter também o seu papel importante. Novamente, Ver.^a Mônica, a senhora está de parabéns, e parabéns pelos 175 anos da justiça militar do Rio Grande do Sul, e pelos 105 anos do Tribunal Militar. Muito obrigado.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Fico muito confortável de estar exercendo o mandato parlamentar como vereador desta capital, onde vejo muitos conhecidos, muitos comandantes. Fui comandado pelo coronel Douglas no 9º Batalhão, fui comandado pelo coronel Goggia no 4º RPMon; vejo também aqui o coronel Mohr, um grande amigo, enfim, já tive o privilégio de estar ali na Capitania dos Portos. Estou muito feliz de estar aqui hoje fazendo parte desta homenagem tão bacana, que foi ideia da Mesa Diretora, juntamente com a Ver.^a Mônica Leal, homenageando a nossa Justiça Militar. Quero deixar claro que a função primordial da Brigada Militar, da Polícia Militar está lá no artigo 144 da Constituição Federal: policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Não menos importante, daqui a instantes, teremos uma importante homenagem ao BPChq. Estou muito feliz, me sinto lisonjeado. Independente da questão político-partidária, a Brigada Militar é um órgão permanente, e a Justiça Militar faz um papel fundamental. A Ver.^a Comandante Nádia ressaltou bem aqui, certa vez, em tempos sombrios, se tentou extinguir o Tribunal de Justiça Militar, seria um erro, o tribunal resistiu. Então parabéns por essa justa homenagem, conta conosco. Tenho certeza de que Porto Alegre, embora seja a capital dos gaúchos, sofre tempos sombrios, pois ela vai na contramão do Estado do Rio Grande do Sul em alguns assuntos, mas temos certeza que aquelas pessoas que têm posicionamento forte, que são honestas, justas, humildes e trabalhadoras jamais deixarão o bem vencer o mal. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Bobadra, só para esclarecer, a ideia foi da Ver.^a Mônica Leal, com apoio da Mesa Diretora.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Boa tarde a todos, queria parabenizar vocês, especialmente os nossos policiais militares que dão a sua vida em nome da defesa da nossa sociedade. Eu, como vocês sabem, sou servidor da Justiça do Trabalho, uma vez eu estava dirigindo para a presidente do Tribunal e ela falou: “Olha como é importante um soldado”. E eu falei: “A Brigada?” Ela: “Não, o soldado”. Aí ela explicou que o soldado é representação do Estado, ele é o Estado personificado numa pessoa. Então é ele que mantém o nosso ordenamento jurídico; é ele que mantém a nossa sociedade no combate diário à criminalidade. Então, parabéns a vocês por fazerem o trabalho que fazem. Obrigado em nome do Parlamento e da sociedade por serem tão dedicados à nossa sociedade.

Eu queria falar algumas coisas aqui com relação à questão da Justiça Militar. Eu sei que vocês, muitas vezes, são perseguidos, e eu já fui militar, era da AMAN, fui cadete, e lá eu lembro, uma vez, de um episódio que foi trazido por um tenente, que ele falou que foi julgado e, depois de um tempo, inocentado, ele tinha consciência de que ele só foi inocentado porque ele foi julgado pela Justiça Militar, e qual é que foi o caso? Não sei se deveria falar aqui, mas agora que comecei: durante um dia normal no quartel, perceberam que um soldado tinha roubado um celular – isso há muito tempo. E daí o tenente foi fazer uma investigação prévia e ele pediu aos soldados, todos homens, se despirem, ficar apenas com sunga para fazer a verificação no fardamento, para achar quem é que tinha feito aquele suposto roubo, acharam o culpado e conseguiram fazer a punição devida. Ele foi processado por esse soldado, e o argumento que foi utilizado pelo soldado é de que ele tinha sido exposto a vexame público, porque tinha ficado de sunga e tal. E na Justiça Militar ele foi inocentado, porque se entendeu que fazer a busca pessoal apalpando o corpo dele seria muito mais vexatório para todos os outros, inclusive para aqueles que não eram culpados, do que fazer essa revista um pouco mais expandida. E eu tenho consciência, e era de consciência do tenente naquela época, que se tivesse sido julgado na justiça normal, com certeza ele teria sido condenado por ter exposto todos ao ridículo, por ter exposto todos a uma situação de constrangimento. Por isso que é importante nós sermos julgados por aqueles que entendem aquilo que a gente vive. E vocês, muitas vezes, estão em situação de perigo, em situação de estresse, em que uma decisão é tomada em um segundo, mas depois vocês ainda vão ser julgados por um juiz que não entende a realidade de vocês. Por isso eu entendo a importância da Justiça Militar, porque vocês viveram, ao longo da vida, aquilo que vocês vão julgar nos seus pares, por isso penso que é importante mantermos a Justiça Militar. Esse é um ponto. Mas justiça não se faz sem advogado, e hoje nós temos uma situação onde o Estado fornece para vocês colete, fornece para vocês arma, munição, mas depois que vocês puxam o gatilho em nome da sociedade, o que acontece? “Agora, está contigo, guerreiro!” Para se defender, o Estado vai lá e abre um procedimento disciplinar contra ti e tu que pagues o

teu advogado – acho injusto isso. Mesmo a Defensoria Pública, se vier a defender vocês, eu sei que vocês não se sentem à vontade, porque, muitas vezes, a gente tem medo da ideologização da Defensoria Pública. Então, o que eu defendo, eu peço para o tribunal levar para o governo do Estado como alternativa, é algum tipo de seguro policial ou *voucher* advocatício, para que o policial possa contratar no mercado algum advogado que ele julgue mais adequado, para que, no longo prazo, ele possa se defender daquilo que ele está fazendo em nome do Estado. Não é um privilégio. Privilégio seria pagar advogado para ele se defender de uma injusta agressão que ele fez contra uma pessoa. Isso eu concordo que é errado. Mas se ele fez o que fez em nome do Estado, da mesma maneira que o Estado dá o colete e dá a arma, eu acho que faz sentido dar o advogado. E vocês, tenho certeza, muitas vezes acabam trabalhando inseguros porque o Estado que fornece a arma não fornece a devida defesa para vocês poderem atuar como policiais. Agradeço a vocês pelo trabalho, aos soldados pela coragem e quero parabenizar a Ver.^a Mônica por ter promovido esta justa homenagem no dia de hoje. Valeu! Tamo junto.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Jessé.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Presidente Sossmeier, Ver.^a Mônica Leal, venho cumprimentá-los por essa iniciativa, nos 250 anos da Câmara Municipal, de repetir homenagens, porque, desde que eu entrei nesta Casa, eu comecei a conhecer essas homenagens de tanto destaque aos militares em que tu estás inserida há tantos anos. Então, da parte da minha bancada, do MDB, queremos cumprimentar pela passagem dos 175 anos, e que a Justiça Militar do nosso Estado tenha a responsabilidade e a competência de avaliar processos, julgamentos de eventuais atos cometidos na instância militar ou por civis que venham envolver os militares e outras ações disciplinares. É muito importante, quem vive nesse contexto tem toda a propriedade para fazer os seus encaminhamentos devidos, porque se sabe que é outra instância diferente da instância civil.

Também quero cumprimentar o Tribunal pelos seus 105 anos, merecidamente esse destaque que nós, da Mesa Diretora, aprovamos esta homenagem da Ver.^a Mônica. E parabéns a todos e obrigada.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver.^a Lourdes.

Vereador Eng^o Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal, quero cumprimentá-la aqui pela homenagem, cumprimentando o nosso presidente do Tribunal de Justiça Militar, o desembargador Amilcar, cumprimento toda a Mesa e cumprimento todos os nossos convidados. Gostaria muito aqui de dizer que, como esta é uma Casa política, é óbvio que nós temos os nossos contraditórias, as nossas afirmações, mas nós temos algo aqui que não nos separa que é a defesa da nossa Constituição Federal e da nossa Constituição

Estadual. Podemos ter muitas divergências, mas, principalmente, desembargador, entendo o papel que têm os tribunais e as dificuldades, porque, no último período, a justiça foi muito machucada, o sistema judiciário brasileiro foi muito machucado, e tratar isso não é fácil. E eu também gostaria de dizer aqui, até porque, há pouco, a Ver.^a Comandante Nádia me cobrava que nós tínhamos que tratar bem a Brigada. Eu gostaria de lembrar aqui: a Brigada Militar é um patrimônio do Rio Grande do Sul, e o comandante Fábio está ali. Eu só queria que todos os governadores seguissem o mesmo apoio que deu à Brigada Militar e à segurança como foi o governador Tarso Genro. E, agora, recentemente, o nosso Ministro da Justiça esteve aqui e repassou já R\$ 47 milhões para a segurança pública do Rio Grande do Sul. Um grande abraço. Vida longa à Justiça Militar! Vida longa à nossa Brigada Militar e a todo o aparato de segurança pública que aqui está! Muito obrigado.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero parabenizá-la, Ver.^a Mônica Leal, e registrar que isso aqui é para aparte. Eu não vou fazer um discurso aqui, é um aparte para homenagear V. Exa. que faz um evento de natureza para homenagear essa instituição. Nesse sentido, quero só parabenizá-la – o que eu vi aqui foi um exagero –, conseqüentemente, parabéns. Obrigado.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Cassiá Carpes. Eu vou ler, com muita honra, os dois diplomas que serão entregues e que são motivo dessa homenagem: "A Câmara Municipal de Porto Alegre confere o presente diploma de homenagem, por proposição da Ver.^a Mônica Leal, ao Tribunal Militar do Rio Grande do Sul, pelo transcurso de seus 105 anos. Porto Alegre, 7 de agosto de 2023. Ver. Hamilton Sossmeier, Presidente da Câmara de Vereadores, assina o diploma."/ "A Câmara Municipal de Porto Alegre confere o presente diploma de homenagem, por proposição da Ver.^a Mônica Leal, à Justiça Militar do Rio Grande do Sul, pelo transcurso de seus 175 anos. Porto Alegre, 7 de agosto de 2023. Ver. Hamilton Sossmeier, Presidente da Câmara de Vereadores, assina o diploma."

Esse é o esclarecimento, Ver. Bobadra. Obrigada a todos.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal, a qual convido a fazer a entrega dos diplomas.

(Procede-se à entrega dos diplomas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O desembargador Amilcar Fagundes Freitas Macedo, presidente do Tribunal de Justiça Militar, está com a palavra.

SR. AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO: Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, digno Ver. Hamilton Sossmeier, em nome de V. Exa. eu gostaria de cumprimentar todos os integrantes da Mesa que já foram nominados pelo protocolo; queria também fazer um agradecimento muito especial à Ver. Mônica Leal, por esta solenidade, a todos os demais vereadores que se manifestaram. Se os senhores me permitirem quebrar um protocolo aqui, eu queria também estender aqui o meu abraço ao Ver. João Bosco Vaz, a quem eu tive a honra de ser assessor há muitos anos atrás, aqui nesta Casa, o que muito me orgulha. Eu tinha preparado aqui uma fala, me deram cinco minutos, que está lá no *site* da Justiça Militar, que é um artigo, eu pincei aqui algumas coisas no artigo que foi escrito pelo decano da corte, o desembargador militar Sergio Brum, então eu não vou cansá-los com a leitura que está lá no *site* do Tribunal, mas queria dizer para os senhores que a Justiça Militar foi criada no ano de 1848, mais precisamente no dia 24 de julho daquele ano, exatamente 11 anos depois da criação do Corpo Policial da província, que hoje é a nossa Brigada Militar, criado ainda na Revolução Farroupilha, em 1837. Aquela foi uma década de muitas revoluções no Brasil, uma delas aconteceu aqui no Rio Grande do Sul. Então, a Justiça Militar completa 175 anos neste ano, e o Tribunal foi criado para julgar em segunda instância as decisões que eram tomadas pela primeira instância da Justiça Militar no ano de 1917, e lá se vão 105 anos. Demais questões relativas à história da Justiça Militar estão nesse artigo que eu que digo para os senhores que é emblemático. Vou então de improviso dizer para os senhores, até porque foi falado da tribuna – muitos criticam a Justiça Militar sem conhecê-la, muitos criticam a Justiça Militar sem sequer abrir a Constituição Federal para saber do que se trata. E lá no artigo 125, § 4º, da Constituição Federal está toda a competência da Justiça Militar. E ainda hoje alguns afirmam que a Justiça Militar é corporativa, mas se nós abrimos a Constituição, no Artigo 125, § 4º, vamos ver o seguinte: cabe à Justiça Militar julgar os crimes militares, não o crime dos militares, mas julgar os crimes militares; portanto, não existe nenhum foro por prerrogativa de função. E mais: diz o artigo 125, § 4º, da Constituição Federal, que a Justiça Militar julgará os crimes militares praticados pelos militares dos estados; portanto, não julga civis. O mesmo parágrafo diz que, quando a vítima for identificada ou identificável, quem julga são os juízes togados da Justiça Militar; portanto, em plena harmonia com os fundamentos dos direitos humanos. Na verdade, vereador, o colegiado, formado por juízes militares na primeira instância, formado por um juiz togado e mais quatro juízes fardados, julga crimes contra a organização militar; portanto, eu diria para todos os senhores que lesões corporais, agressões, violência policial, tortura, crimes contra a pessoa – exceto homicídio – quem julga é o juiz togado. Então esta máxima que se criou que existe corporativismo na Justiça Militar é uma inverdade, isso é dito por quem não conhece a Justiça Militar. Esses crimes que atentam contra o direito fundamental da pessoa quem julga é o juiz togado; e o Tribunal é constituído por sete magistrados, sendo quatro deles oriundos da Brigada Militar e outros três que são parte da sociedade: um é representante do Ministério Público – que é o meu caso –, um é representante da Ordem dos Advogados do Brasil e o terceiro

é um juiz da carreira de juízes togados que fazem o sistema de freios e contrapesos do Tribunal, controlam o Tribunal, exatamente para que o Tribunal não seja corporativo.

Esta, senhores, é uma síntese – bastante apertada, pelo tempo que me foi dado aqui – do que é a nossa Justiça Militar. Nós temos a menor Justiça Militar de toda a federação brasileira; de todos os 95 tribunais, o nosso é o menor deles – menor em número de pessoas, menor em orçamento e menor em termos de espaço físico. Portanto, eu digo aos senhores que, desde a criação do Prêmio CNJ de Qualidade, que mede a qualidade, a eficiência e a eficácia da Justiça brasileira, inicialmente criado como Justiça em Números, nós já possuímos dois selos de bronze, quatro de ouro e dois de diamante. Do orçamento do Estado que é destinado à Justiça Militar, se dividirmos esse orçamento, Ver.^a Mônica, por cada um dos habitantes do Estado do Rio Grande do Sul, que recentemente o censo atribuiu 11,5 milhões, nós veremos que o orçamento da Justiça Militar custa o que nós pagamos por uma lata de coca-cola por habitante/ano. Não é por mês, é por habitante/ano, uma latinha de coca-cola. É extremamente barata para o serviço que presta, a fim de termos as melhores corporações militares entre todos os Estados da Federação. E eu digo aos senhores: serviço público caro é o serviço ruim prestado à comunidade. Por tudo isso, agradeço, em nome da Justiça Militar do Estado, a homenagem desta Casa legislativa, por iniciativa da valorosa Ver.^a Mônica Leal, e convido todos os presentes para que venham nos visitar, assistir aos nossos julgamentos e perceber o quanto é importante a nossa casa de justiça para a excelência dos serviços prestados pela nossa Brigada Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias):

Convidamos todos os presentes para, em pé, ouvirem o Hino Rio-Grandense, que será executado pela Banda da Brigada Militar, sob a maestria do sargento Viliano.

(Procede-se à execução do Hino Rio-Grandense.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas. Agradecemos à proponente, Ver.^a Mônica Leal, por esta homenagem ao transcurso dos 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul e dos 105 anos do Tribunal Militar do Rio Grande do Sul.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h32min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h36min) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Dando continuidade ao período de Comunicações, este período é destinado a assinalar o

transcurso dos 59 anos do 1º Batalhão da Polícia de Choque de Porto Alegre, nos termos do Requerimento nº 115/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra.

Convidamos para compor a Mesa: o coronel Cláudio dos Santos Feoli, comandante-geral da Brigada Militar; coronel Douglas da Rosa Soares, subcomandante-geral da Brigada Militar; coronel Luigi Gustavo Pereira, chefe do Estado Maior da Brigada Militar; Cláudio de Azevedo Goggia, comandante do Comando da Polícia de Choque; coronel Volnei Ceolin, representando a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, e o ten. cel. Álvaro Martinelli, comandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque. Convidamos ainda para compor a Mesa desta solenidade o capitão Leonardo Luizelli Altafini, subcomandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque.

O Ver. Alexandre Bobadra, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sr. Presidente, estou muito feliz de ter essa importante homenagem aqui. Vejo vários colegas meus da Brigada Militar, amigos que eu não ouvia desde o tempo do curso. Lá se vão quase 20 anos do nosso curso de formação, passa muito rápido. Quero homenagear e prestar o meu maior e sincero agradecimento à nossa Mesa, representada pelo Sr. comandante geral da Brigada Militar, coronel Cláudio dos Santos Feoli, pelo subcomandante geral da Brigada Militar, coronel Douglas da Rosa Soares; coronel Luigi Gustavo Pereira, chefe do Estado-Maior da Brigada Militar; coronel Cláudio de Azevedo Goggia, comandante do Comando de Polícia de Choque; coronel Volnei Ceolin, da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; e tenente-coronel Álvaro Martinelli, comandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque.

Vou rapidamente cumprir o protocolo, para falar um pouco da história do Batalhão de Choque. Dia 1º de setembro de 1964 é considerada a data natalícia dessa unidade. A companhia de segurança tornou-se independente, Comandante Nádia, recebendo o nome de companhia de polícia militar, vinculando-se diretamente ao Estado-Maior da corporação. Em 13 de agosto de 1974, Ver.^a Mônica, a companhia de polícia militar assume a denominação de companhia de polícia de choque, e em 4 de agosto de 1981 a companhia é elevada à condição de batalhão de polícia de choque. Em 23 de dezembro de 1993, o batalhão de polícia de choque passou a ter como patrono o capitão André Lago Páris, oficial do batalhão que tombou no cumprimento do dever. Em 1998 a unidade passou a denominar-se batalhão de operações especiais, embora suas missões seguissem as mesmas atinentes à polícia de choque. Em 2019, de modo realinhar-se à doutrina nacional e à estrutura das demais polícia militares, retoma a primeira designação que teve como batalhão, é acrescido ao nome o ordinal correspondente e passa a se chamar operações de choque da Brigada Militar, passando então a se chamar 1º Batalhão de Polícia de Choque, tendo em vista que 2019 já haviam sido criados outros batalhões de polícia de choque. Berço das operações de choque no Estado, o 1º Batalhão, no decorrer da história, executou e executa os cursos de especialização e operação de choque nível multiplicador, estágio básico e operação de choque, curso de especialização em

patrulhas especiais, curso de especialização em cinotecnia, com especialização em força tática, curso e especialização em força tática, estágio básico de patrulhamento tático motorizado. Tal variedade de cursos e qualificações evidencia a preponderância e a busca incessante pela atuação técnica.

Objetivando sempre a melhor prestação de serviço à sociedade gaúcha, subordinado ao comando de polícia de choque, é a tropa reserva de pronto emprego do comando da corporação. Atualmente, o Batalhão está estruturado em P1, P2, P3 e P4, 1ª Companhia de Polícia de Choque, 2ª Companhia de Polícia de Choque, 3ª Companhia de Polícia de Choque, composta pelo Canil Central e Batedores Motociclistas, e 4ª Companhia de Polícia de Choque, composta pelas Patrulhas Especiais – Patres. Olha, pessoal, fui diretor da primeira academia de Polícia Penal do Rio Grande do Sul, a antiga escola penitenciária. Quando poucos acreditavam, a Susepe se transformou em Polícia Penal, e o meu padrão de curso eu procurei copiar da Polícia Civil e da nossa gloriosa Brigada Militar. Tenho um orgulho muito grande de ter sido subordinado a alguns componentes da Mesa aqui, acompanhava o trabalho do coronel Feoli, fui subordinado ao coronel Douglas, na época do XI Batalhão, ao coronel Goggia lá no IV RPMon, fui aluno do coronel Vladimir no curso de formação da Polícia Penal há 17 anos, enfim, eu tenho um carinho muito grande e um respeito muito grande por essas pessoas que estão sentadas aqui à Mesa. Então, essa homenagem aos 59 anos do Batalhão de Choque nos deixa muito emocionados, que, por coincidência, meus irmãos, bombeiros militares, há poucos instantes também homenageamos aí a nossa Justiça Militar. Então eu falo com muito respeito, com muito carinho, que a nossa Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que está lá no art. 144, policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, Comandante Nádia, é a melhor polícia militar do País. Me lembro quando eu era criança, muitos anos atrás, a Carris entrou de greve, e a Brigada Militar acabou dirigindo os ônibus. Então, quando tudo dá errado, se chama a Brigada Militar. Então estou muito feliz por essa homenagem nessa data tão especial, a nossa brilhante banda da Brigada Militar que aqui nos presenteou com a sua presença, com o seu carinho, com a sua expertise, os meus colegas da Brigada Militar aqui do Batalhão de Choque, eu vou abrir o microfone de apartes aqui para a sempre brilhante Ver.^a Mônica.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bobadra, parabéns pela justa e merecida homenagem, no período de Comunicações, aos 59 anos, aniversário, do 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre; eu vou fazer uma confissão aqui, fazemos aniversário no mesmo dia, não no mesmo ano, mas 1º de setembro. Então mais isso me liga às forças de segurança. É uma honra, 1º de setembro. É sempre um prazer receber a Polícia Militar nesta Casa, todos sabem da minha relação com as forças de segurança e da profunda admiração que tenho por todos aqueles que diariamente arriscam as suas vidas para proteger as nossas vidas. Parabéns! Vida longa! Contem sempre com o Legislativo da capital do Rio Grande do Sul. Parabéns, Ver. Bobadra. Obrigada.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Ver.^a Mônica, também no microfone de apartes, a nossa Comandante Nádia. Eu também quero, só para deixar nos anais aqui, que o capitão Leonardo Luizelli Altafini, subcomandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque, também compõe a Mesa aqui, e a nossa brilhante Comandante Nádia...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Bobadra, só um momento, por favor.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Gostaríamos de chamar para compor a Mesa o Sr. Vladimir Luís Silva da Rosa.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Fui aluno do coronel Vladimir no curso de formação da Polícia Penal, há 20 anos, foi professor de Inteligência.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Alexandre Bobadra, fico muito feliz em poder estar dividindo esta justa e merecida homenagem que o senhor está fazendo nesta tarde ao nosso Choque. É isso aí, farda rajada, guerreiros, preparados para a guerra, preparados para as maiores confusões, estar dentro dos presídios, enfim. Quero aqui cumprimentar o querido Presidente desta Câmara, Ver. Hamilton Sossmeier; o nosso coronel Feoli, comandante-geral; o coronel Douglas, subcomandante-geral; querido coronel Cláudio de Azevedo Goggia, comandante do Comando de Polícia de Choque da Brigada Militar, comandante desta equipe e desta tropa mais do que qualificada; o coronel Volnei Ceolin, representando o nosso secretário Estadual de Segurança; o tenente coronel Martinelli, querido; o Altafini também e o nosso querido sempre corregedor que aqui se faz presente e tão importante nas nossas lutas diárias. Quero dizer para vocês, nossos queridos choquenos que aqui estão nesta Casa, fico feliz porque esta Casa está segura, presidente. Ver a Brigada Militar, através da farda rajada aqui, nos deixa mais tranquilos. Eu, filha de sargento da Brigada Militar, neta de um homem que iniciou como soldado da Brigada e chegou a Coronel da nossa Brigada Militar, sobrinha, prima, esposa e própria brigadiana fico com a minha alma lavada de ver que a Brigada Militar, através do Choque, está sendo homenageada na tarde de hoje. Gostaria de ver vários vereadores também aqui fazendo essa homenagem porque é moral, é dignidade, é força e é aptidão. Parabéns ao Choque, que continuem, por muitos e muitos mais 59 anos, que esses sete batalhões se perpetuem, aumentem pela paz e pela ordem. Choque, minha continência.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o corregedor-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Julimar Fortes Pinheiro, a fazer parte da Mesa.

Vereadora Fernanda Barth (PL): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobilíssimo colega Alexandre Bobadra, meu colega de PL, solicito que, através do cumprimento ao senhor comandante-geral da Brigada Militar, coronel Cláudio dos Santos Feoli, todos se sintam devidamente cumprimentados. Eu, que sou neta do capitão Pedro Ivo Gonçalves da Cunha, que também fez parte da família brigadiana, deixo aqui a minha certeza de que termos uma Brigada forte, termos um Choque forte nos faz sermos gaúchos mais tranquilos, mais felizes. Eu torço, a cada dia, para que a nossa polícia seja mais valorizada, devidamente respeitada e que tenha sempre as suas prerrogativas respeitadas, bem como saiba ser valorizada pela nossa sociedade. Uma sociedade que tem uma segurança forte tem a garantia da paz, da alegria e da segurança das suas famílias. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Casa.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nobre colega Ver. Bobadra, é uma satisfação poder fazer um aparte aqui; parabênzo, inicialmente, pela singela homenagem. Saudando o nosso Presidente da Casa, Ver. Hamilton Sossmeier, saúdo o coronel Cláudio dos Santos Feoli, comandante-geral da Brigada Militar; o coronel Douglas da Rosa Soares, subcomandante-geral da Brigada Militar; o coronel Cláudio de Azevedo Goggia, comandante do Comando de Polícia de Choque, o coronel Volnei Ceolin, representando a Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul; o tenente-coronel Álvaro Martinelli, comandante do 1º Batalhão de Policiamento de Choque; o Sr. Vladimir, corregedor; o tenente-coronel Julimar Fortes Pinheiro, do Corpo dos Bombeiros, bem-vindos. Pois então, eu não sou parente de ninguém, mas tenho uma enorme admiração não só pela Brigada Militar, mas pela corporação toda, porque, como em tantas cidades do Rio Grande, do Brasil afora, nós percebemos que vocês são os guardiães, são os que nós chamamos quando temos um problema na cidade ou até mesmo familiar, e que vocês fazem a interlocução com esses cidadãos. Por isso, a importância de algo que nos dá a segurança de estarmos seguros. Muitas vezes, muitos delinquentes – até perdão pela palavra –, ao ver a Brigada Militar, a Polícia de Choque, mudam o trajeto, mudam o caminho, mudam o roteiro. Vocês expressam no linguajar ou no conceito de sociedade a ideia da transparência e do cumprimento à lei. E por que não nós nos agregarmos cada vez mais e dizer que vocês não têm dono, vocês estão a serviço da população de uma forma geral, e que nos engrandecem à medida que vocês conseguem salvar algumas vidas e muitas vidas, da mesma forma muitos tombaram por causa disso, perderam a vida em prol da segurança da população. Então é óbvio, nobre colega Ver. Bobadra, que, nesses 159 anos, tem uma história de vida que nós temos que não só homenagear, mas reconhecer que o que mais nós precisamos é, sim, ter segurança, independente onde estamos. Bem-vindos, um forte abraço, nosso reconhecimento do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

Vereador Conselheiro Marcelo (PSDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Bobadra. Presidente, coronel Goggia, em seu nome eu homenageio todos aqui presentes do Batalhão de Choque, do Corpo de

Bombeiros, da Brigada Militar, e dizer que sempre que tiver uma homenagem envolvendo a Brigada Militar, eu que sou sobrinho e cresci com os brigadianos na minha infância, na minha juventude e até hoje, sempre farei uma menção aos meus tios, que são o tenente Célio, o tenente Cássia e o falecido Régis Correia Rodrigues, que também foi um grande brigadiano que perdeu sua vida também para garantir as nossas vidas. Então, a minha homenagem a todos vocês. E sempre que vocês vierem a esta Casa, com certeza, eu venho aqui bater continências para vocês. O meu sincero respeito ao que vocês representam para nós. Muito obrigado.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentar o nosso Presidente Hamilton, cumprimentar o nosso vereador Bobadra, parabenizar pela homenagem tão importante. Quero cumprimentar também o coronel Feoli, comandante-geral da Brigada Militar, e, no seu nome, cumprimento a todos já nominados, porque é muita gente, muita gente que me deixa muito feliz de vê-los aqui. Quando a gente vê esses homens que dedicam a sua vida, com essa farda e em respeito a uma nação, nós precisamos estar aqui e precisamos homenageá-los. A importância que vocês têm na vida de todos nós, pelo dia a dia, quando vocês colocam as suas vidas à disposição de uma sociedade que cada vez tem mais problemas, cada vez nós estamos mais vulneráveis, e pessoas como vocês dedicam as suas vidas, deixam as suas famílias em casa para cuidar das nossas vidas e das nossas famílias, isso não tem preço. Cinquenta e nove anos é só o começo de uma longa história de milhares de anos em que vocês estarão à frente deste trabalho maravilhoso, nos representando e nos protegendo. Muito obrigada e vida longa a todos vocês.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, retorno a este microfone para saudar o Ver. Alexandre Bobadra pela justa homenagem pelos 59 anos do Choque, cumprimentando também o nosso comandante-geral, coronel Feoli, que é do Choque, pelo que o senhor uma vez comentou, oriundo do Choque também, não sei se já foi comandante por lá, mas, enfim, está em casa com seus colegas; saúdo o tenente-coronel Álvaro Martinelli, comandante do Batalhão, e na pessoa dos dois, evidentemente, cumprimento a todos. O partido NOVO quer homenagear estes 59 anos do Choque, deste 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre, dizendo que vocês são indispensáveis para a nossa cidade e, de resto, para a nossa sociedade. Evidentemente que melhor fosse não precisar haver o Batalhão de Choque. É ou não é? Melhor seria que vocês pudessem, como os demais brigadianos, mas uma vez que há manifestações, e cada vez maiores, de criminalidade, de vagabundagem, de bandidagem, de inimigos da lei, de pessoas inimigas daqueles que querem empreender, daqueles que querem produzir, daqueles que querem, Ver. Bobadra, gerar renda e riqueza para a nossa sociedade, então o Choque aparece e nos garante a proteção. Quero, de coração, em nome dos meus filhos pequenos inclusive, agradecer o trabalho de vocês, porque vocês põem o peito na frente de um revólver, vocês saem de casa, muitas vezes, sem saber se vão retornar para que a gente possa ter segurança

e liberdade para empreender e para produzir. Então, de coração, em nome do partido NOVO, um partido da direita liberal, queremos agradecer, comandante Feoli, comandante Álvaro, porque o trabalho de vocês é realmente espetacular e garante que nós, civis, possamos ir e vir, empreender, gerar renda e riqueza para o nosso Estado. Que Deus abençoe e proteja a cada um de vocês e a todos vocês que estão aí também dando sua vida pela sociedade, que Deus os abençoe e os guarde, porque não é fácil a vida que vocês têm. Muito obrigado.

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bobadra, proponente, cumprimentos pela iniciativa; quero cumprimentar nosso Presidente Hamilton, a nossa valorosa Brigada Militar, o 1º Batalhão da Polícia de Choque, 59 anos, muito obrigado, quando fala a Câmara, fala a cidade. Cinquenta e nove anos, Ver. Bobadra, eu diria, dando a cara para bater, porque o choque está na linha de frente. Então, eu quero também aqui, em nome da nossa bancada do PDT, em meu nome e do Ver. João Bosco Vaz, trazer um abraço e um agradecimento por tudo que a Polícia e o Batalhão de Choque têm feito em Porto Alegre e, em especial, o comandante-geral, o coronel Feoli, junto com o coronel Douglas, o nosso subcomandante; coronel Goggia, coronel Ceolin. Quero fazer um agradecimento também ao tenente-coronel Martinelli, ao capitão Altafini, aos bombeiros, ao corregedor Julimar Fortes Pinheiro e também ao nosso corregedor Vladimir Luís Silva da Rosa. Então, fica aqui o nosso registro, Ver. Bobadra, a V. Exa. que também já atuou na Brigada, nós já atuamos também no Exército, o coronel Rodrigues está ali representando aqui o nosso valoroso Exército; representante aqui do Comando Militar do Sul, também todo o nosso respeito. Hoje uma tarde de justas homenagens que presta esta Câmara a instituições tão sólidas e que vêm oferecendo segurança a nossa coletividade. O nosso abraço fraterno, cumprimentos, Ver. Bobadra. Muito obrigado.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. Só para deixar registrado também os nossos agradecimentos ao Sr. Gilmar, do meu gabinete; ao Dr. Elias Giannakos e, em muito especial, ao tenente-coronel Martinelli e ao capitão Altafini, que, de forma veemente, nos ajudaram num esforço imensurável para que esta homenagem fosse feita no dia de hoje e, da mesma forma, à nossa Mesa Diretora, na pessoa do nosso Presente Hamilton Sossmeier. Então, muito obrigado por esta linda homenagem. Logo após aos costumes da foto com o homenageante, eu gostaria de convidar todos os vereadores para, juntos, nós tirarmos uma foto aqui com os homenageados do Batalhão de Choque. Beijo no coração de todos vocês. Vida longa a Brigada Militar! Vida longa ao Batalhão de Choque!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o proponente desta homenagem a fazer a entrega do diploma referente aos 59 anos do 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre.

(Procede-se à entrega do diploma e ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Sr. Álvaro Martinelli, tenente-coronel, comandante do 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. ÁLVARO MARTINELLI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Nobres vereadores, aqui estão, perante V. Exas., os centuriões da liberdade, aqueles que têm como missão preservar a paz e a ordem. Os capacetes e os escudos balísticos que usamos não são apenas equipamentos de proteção, são partes dos nossos corpos, pois os homens do choque estão sempre prontos para enfrentar as mais difíceis batalhas. Gostaríamos de agradecer o Sr. Presidente Hamilton Sossmeier por aceitar a proposta proferida pelo Ver. Alexandre Bobadra, vereador este que em seu mandato, voltado à área da segurança pública, ex-brigadiano, é o primeiro policial penal a ocupar um mandato eletivo em uma Casa na capital. É com grande honra e orgulho que nos reunimos aqui hoje para celebrar o marco importante em nossa história, o 59º aniversário do 1º Batalhão de Polícia de Choque. Essa unidade exemplar da Polícia Militar tem sido uma força incansável na manutenção da segurança e na proteção à população. Ao longo de quase seis décadas, o 1º Batalhão de Choque tem desempenhado um papel vital na garantia da ordem pública, enfrentando os desafios e situações de alto risco com coragem, profissionalismo, dedicação e comprometimento em proteger os cidadãos de Porto Alegre. São admiráveis e merecem o nosso mais profundo reconhecimento. Hoje, também é motivo de grande satisfação saber que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre presta esta merecida homenagem ao nosso batalhão, essa distinção reflete o reconhecimento da importância da atuação dessa equipe composta por 347 homens e mulheres que compõe nossa unidade, além, é claro, daqueles veteranos que já passaram ao longo desses 59 anos pelo nosso batalhão, principalmente por aqueles que tomaram em serviço, como por exemplo, citando o patrono da nossa unidade, o capitão André Lago Páris, o qual teve sua vida ceifada garantindo a segurança pública em prol da sociedade gaúcha. O 1º Batalhão de Polícia de Choque, unidade esta que já teve sob seu comando nosso atual comandante-geral, coronel Cláudio dos Santos Feoli, demonstra excelência operacional por meio de suas quatro companhias especializadas, as duas companhias de choque que enfrentam situações de alta complexidade com bravura e controle, a 3ª Companhia, composta pelo canil e batedores motociclistas, mostra a importância dos animais treinados e das habilidades ágeis dos motociclistas no cumprimento de suas missões; por sua vez a 4ª Companhia de Patrulhas Especiais assume responsabilidades que exigem precisão, capacidade estratégica e tática. Neste momento especial é também importante destacar o papel da comunidade em apoiar e compreender o trabalho dos policiais militares; a parceria entre a população e as forças de segurança é essencial para o sucesso de todas as ações, iniciativas em prol do bem estar de Porto Alegre. Diante dos desafios que enfrentamos como sociedade, o 1º Batalhão de Polícia de Choque continuará sendo uma

pedra angular na manutenção da segurança e da paz em nossa cidade. A determinação, o profissionalismo, a abnegação desses homens e mulheres inspiram a todos nós. Que os próximos anos sejam marcados por mais conquistas, reconhecimentos e, acima de tudo, pelo sentimento de proteção e segurança que esta unidade traz à nossa comunidade. Parabéns ao 1º Batalhão de Polícia de Choque pelos 59 anos de serviços prestados à nossa comunidade; que seu sucesso continue sendo escrito com a coragem e a dedicação de cada um de seus integrantes. O nosso final agradecimento ao apoio incondicional do comando da instituição a todas as nossas ações e realizações ao longo desse período. Por fim, senhoras e senhores, gostaria de dizer a todos os senhores que somos felizes por usar esta farda e nos orgulhamos do nosso batalhão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos, mais uma vez, o 1º Batalhão de Polícia de Choque de Porto Alegre e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h09min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h19min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no Ordem do Dia.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 151/23 e do Requerimento nº 153/23. São duas moções de solidariedade, primeira, às famílias dos piqueteiros do Acampamento Farroupilha e, segunda, à continuidade das obras do Parque da Harmonia, em respeito aos piqueteiros que estão aqui presentes e que necessitam retornar ao acampamento para fazer as reuniões devidas. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. João Batista Inocentini, conhecido como João Feio, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Sindnapi. O João Feio foi fundador do Sindicato Nacional dos Aposentados, vice-presidente do nosso partido, primeiro membro da comissão de fábrica da Ford. Hoje é um dia muito triste para o nosso partido, está sendo sepultado hoje à tarde em São Paulo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h25min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCE nº 015/22 e do PLCE nº 003/23, por duas sessões.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 151/23 – (Proc. nº 0818/23 – Ver^{as} Comandante Nádia, Cláudia Araújo e Fernanda Barth e Vers. Pablo Melo e Alexandre Bobadra) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “em apoio ao projeto e obras realizados pela concessionária GAM3 Park no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, o Parque Harmonia.” (SEI 025.00079/2023-59)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 151/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, colegas vereadores, especialmente as famílias dos piqueteiros que estão aqui hoje nos acompanhando, o presidente da Acamparh, o presidente da Comissão dos Festejos Farroupilhas e demais piquetes que estão representando mais de 230 famílias. Esta primeira moção de solidariedade vem em solidariedade às obras, à

continuação das obras do Parque da Harmonia. Alguns colegas me dirão que a liminar caiu, mas não está morto quem peleia, e nós não podemos regredir nenhum passo, porque podem entrar com outra liminar, podem querer atrapalhar as obras do Parque da Harmonia. E, vejam bem, vereadores que aqui fizeram uma fala, e na COSMAM também, contrária às obras do Harmonia, reclamaram que árvores estavam sendo retiradas sem nenhum cuidado com o meio ambiente, sem nenhum cuidado com a sustentabilidade; árvores nativas, árvores que ali nasceram; uma mentira enorme, centenárias, uma vez que o Parque da Harmonia é um aterro, naquele local chegava o rio Guaíba, o nosso estuário estava ali naquele local onde foi feito um aterro para que o Parque da Harmonia, que estaria ali sendo representado pela força do gaúcho, pudesse ter um espaço específico. Vejam os senhores, dizer que o meio ambiente estava sendo atacado, uma vez que a GAM3 estava cumprindo, e está cumprindo, rigorosamente toda a estratégia prevista dentro do projeto; projeto esse aprovado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com EVU, que passou pelo prefeito, e, mais do que isso, uma concessão; uma concessão que esta Casa aprovou no governo anterior, do prefeito Marchezan. Foi votado. A maioria dos vereadores aceitaram a concessão. Não é privatização. E qual é a diferença? A grande diferença é que se o concessionário não estiver cumprindo à risca todos os pontos que foram premeditados através da licitação ou do chamamento público, a concessionária perde a concessão e vai para outra; coisa básica. Mas aqui nós vemos, especialmente o PT se mobilizando para dizer que ali o meio ambiente estava sendo degradado. Uma mentira! Mais uma falácia daqueles que não querem que Porto Alegre leve adiante o parque temático do gaúcho. Ter 12 meses, um ano inteiro a nossa tradição, a nossa cultura, aberta para turistas, aberta para crianças, como hoje aqui eu vejo uma escola que está se fazendo presente, o Israelita que está aqui presente, mostrando para a gurizada que é através da nossa cultura, da nossa tradição, dos costumes, das danças e, mais do que isso, ensinando, mostrando para os pequenos a importância de todos nós, gaúchos, mostrando que a revolução Farroupilha ainda traz no sangue, na alma e no coração de cada gaúcho e de cada gaúcha aquilo que nós passamos, mostrando que o povo jamais será escravo, que o povo quer liberdade. E é isso que nós queremos com as obras, liberdade para que o concessionário, a atividade público-privada possa mostrar o seu melhor. E assim Presidente e colegas, solicito, nesta moção de solidariedade, a continuidade das obras que será encaminhada ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, será encaminhada uma cópia à Acamparh, será encaminhada à Comissão dos Festejos, ao prefeito municipal e aos secretários da Cultura e do Meio Ambiente, de forma que, quem quer progresso, quem quer cuidar também do meio ambiente, por certo, votará “sim” nessa moção de solidariedade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero fazer o registro de que estão presentes no plenário da Câmara de Vereadores 40 alunos do Colégio Israelita, acompanhados pelos representantes do colégio, Eliana Kuhn, Catarina Alici Antonello Londero Deggeroni e Valdir Santos, e essa atividade faz parte do projeto

Educação e Política que o Memorial desta Casa desenvolve junto às escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Muito obrigado.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, como coautor.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Sossmeier, meus caros colegas, eu queria muito que a Liliana pudesse falar hoje aqui neste microfone, porque eu tenho certeza de que ela traria toda a sua paixão, o seu conhecimento pelo tradicionalismo e aqui emocionaria a todos com essa luta. Luta que, muitas vezes, que parece inglória, mas que conseguimos mais uma vez vencer a vanguarda do atraso na nossa cidade. Assinei esta moção de solidariedade, minha querida colega Ver.^a Comandante Nádia, por entender que é preciso, sim, nós prestarmos, como cidade de Porto Alegre, solidariedade àqueles que constroem e fazem acontecer a cultura no nosso Estado representada no Acampamento Farroupilha. É importante também nós marcarmos posição. Posição, aliás, que muito me espanta que não está sendo marcada hoje, no plenário, por um dos autores desta confusão toda. Onde está o Marcelo Sgarbossa, Ver. TJ Albrecht? Onde está Marcelo Sgarbossa, que não está aqui no plenário para ouvir o contraponto e para ouvir também, quem sabe, os ecos das máquinas trabalhando aqui no Parque da Harmonia? Estão trabalhando as máquinas. Essa ação irresponsável protocolada por ele e por outra meia dúzia de caranguejos acabou paralisando, por uma semana, as obras do nosso Parque Harmonia e, também, de preparação do Acampamento Farroupilha. Quem lida com construção civil, meus queridos amigos da Acamparh, sabe o que é perder uma semana de sol. Uma semana de sol é muito difícil de ser recuperada num curto prazo de tempo, ainda mais quando nós temos aí a aproximação do acampamento a galope para acontecer já nos próximos dias. Quem é que vai compensar essa semana paralisada? Quem vai compensar? Cada emprego que teve que ser paralisado, suspenso, quem é que vai pagar a conta de tamanha irresponsabilidade graças a essa decisão liminar devido ao processo irresponsável de Marcelo Sgarbossa e meia dúzia de caranguejos? A compensação ambiental nós sabemos qual é: a cada árvore retirada, suprimida, cinco serão plantadas. E para cada emprego que é perdido, Ver. TJ, qual é a compensação? Para cada dia perdido agora, às vésperas do acampamento, qual é a compensação? Se não tem compensação legal, se não tem compensação pecuniária em cima dos autores dessa ação, que se tenha aqui compensação política, que o Marcelo Sgarbossa possa subir a esta tribuna e pedir desculpa aos piqueteiros, pedir desculpa às famílias que ele acabou prejudicando diretamente com essa sua ação irresponsável. E que nós possamos agora celebrar, celebrar a realização do Acampamento Farroupilha 2023, que nós possamos celebrar que nós temos o primeiro parque de Porto Alegre concedido à iniciativa privada, porque era isso que estava também, como pano de fundo, em todo esse movimento, todo esse processo feito por essa turma, que, por sua visão ideológica, míope e deturpada, é contra a realização de investimentos da iniciativa privada num espaço público. Porém, eles esquecem que o Parque da Harmonia estava privatizado ao

abandono, estava privatizado ao mau uso. Em quase todos os meses do ano, o Parque da Harmonia só era visitado por porto-alegrenses e turistas em duas oportunidades do ano: no rodeio de Porto Alegre e no nosso Acampamento Farroupilha, graças ao trabalho glorioso de cada um de vocês. E agora o que nós queremos é que, com o dinheiro da iniciativa privada, o Parque da Harmonia esteja de braços abertos 12 meses por ano, sim, com bares, restaurantes, churrascarias, com parque de diversões, com roda-gigante, não importa, é geração de emprego e renda na nossa cidade 365 dias por ano, R\$ 280 milhões em investimentos em 35 anos de concessão. É isso que eles não gostam; eles não gostam é de provar de que a gente coloque às claras que a iniciativa privada pode, sim, e é muito mais competente inclusive em entregar serviços e espaços de qualidade à população. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu tenho a felicidade de ter acompanhado esse tema sem querer desde o início, porque, umas duas semanas antes da interrupção dos serviços, a gente já via aquela movimentação da esquerda, parecia até psicografada, parecia que eles já sabiam que ia ter uma interrupção dos serviços e, por isso, que começaram a fazer toda uma mobilização *fake*, solicitando a interrupção das obras. Por coincidência, eu fiz um vídeo ali no Pontal do Estaleiro, mostrando a hipocrisia, que os mesmos que eram contra o andamento das obras iam lá no Pontal desfrutar o pôr do sol de maneira gratuita, bancado pelas grandes incorporadoras malvadas, que no passado passaram pelas mesmas dificuldades que estamos vendo agora no Parque da Harmonia, mas que esse pessoal que foi lá abraçar o Guaíba estava ali contemplando, de maneira gratuita, o pôr do sol do Guaíba. Isso aconteceu também no trecho 1 da orla do Gasômetro, quando os terroristas do atraso acabaram tentando embargar as obras e agora são os primeiros a ir lá a pedir voto, durante as eleições, para os partidos da esquerda ultraradical de Porto Alegre. Mesma coisa aconteceu no trecho 3 da orla Guaíba. Eu tenho certeza que o que está acontecendo agora com o Harmonia é o que vai acontecer no trecho 2, quando forem, finalmente, iniciadas as obras de revitalização daquele trecho, que a gente percebe que hoje se encontra abandonado, e, infelizmente também aí está a questão do Anfiteatro Pôr do Sol. Mas o que fica de lição disso é que os empreendedores não precisam ter medo, porque nós temos Prefeitura, nós temos um parlamento que se posiciona favorável às mudanças positivas para a cidade, e conseguimos observar, apesar de todas as manobras que a gente conseguiu perceber também nos últimos dias, que o Judiciário tem lado, o lado da lei, da legalidade, da ordem e do desenvolvimento. Porque um desembargador, que está muito acima de um juiz, acabou suspendendo a liminar e permitindo a retomada das obras; e ontem mesmo, não é daqui a um ano, dois anos ou três anos. Ontem mesmo, com a retomada da autorização da utilização do espaço, foi possível realizar um evento cultural ali, que não teríamos de

outra forma, se tivéssemos permitido ou mantido essa suspensão temporária das obras. Então, eu queria, primeiro, parabenizar os acampados e também a empresa por ter coragem e pedir para os demais empreendedores que vierem para Porto Alegre que não se assustem, porque esse pessoal, eles não são contra o desenvolvimento, eles só querem uma manchete temporária nas redes sociais e nos meios de comunicação, mas depois eles são os primeiros a irem lá desfrutar dos benefícios do trabalho de vocês. Eu tenho certeza de que os acampados vão saber bem tratar aqueles que trabalharam contra o acampamento, e, se for possível, deixar por último ser escolhido lá, se tiver espaço, deixem que eles entrem, mas se não tiver espaço eu acho que eles têm que ser os últimos priorizados para poderem entrar com a autorização para ocupar aquele espaço. Porque na hora de tentar retirar a renda de todos vocês, eles não pensaram duas vezes. Então eu peço que vocês, na hora de autorizar, pensem primeiro naqueles que apoiaram vocês e, se sobrar espaço, deixa espaço para aquele que tentou boicotar o trabalho de vocês. Valeu! Tamo junto!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, como coautor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Hamilton Sossmeier, senhoras e senhores vereadores, assessorias, imprensa, assistência nas galerias desta Casa do povo, subo à tribuna porque sou coator desta moção e nós precisamos debater esse assunto, porque houve muita falácia, houve muita falta de equivalência. Alguém chegou a escrever, por exemplo: “Será que mais vale a sombra das árvores para piqueniques das famílias do que uma roda gigante?” Isso é uma falsa equivalência, começando por esse ponto dessa falsa equivalência, por que não os dois? Por que não as árvores? E o Ver. Ramiro foi bastante contundente ao dizer que a cada árvore infelizmente subtraída, felizmente cinco novas árvores estarão sendo plantadas no Harmonia. Então, é uma falsa equivalência você dizer: “Ou a sombra das árvores, ou a roda gigante”. Por que não ambos, Ver. Gilson? Por que não ambas as coisas num parque? Que foi surgindo ao longo dos tempos após o aterramento do Guaíba, com a plantação de árvores que eram mudas, não eram já árvores centenárias, como disse o PT nesta tribuna.

E, Ver. Conselheiro Marcelo, eu fico me perguntando aonde vai levar, como disse Ramiro Rosário, o caranguejismo, Ver. Marcelo, porque eles não querem o desenvolvimento da cidade, eles querem aparecer! Ver. Marcelo Sgarbossa, inclusive foi lá rodar a baiana, algo denunciado, inclusive, contra o Ver. Jessé Sangalli, esteve lá e mostrou o Ver. Sgarbossa tentando agir como oficial de justiça. Eu vejo o líder petista brabo com a expressão idiomática que usei. O senhor deveria ficar brabo é com o Sgarbossa, líder do PT, que quis travar o avanço da nossa cidade, Ver. Sgarbossa, que chega no plenário neste momento. Por isso todo o nosso apoio aos piqueteiros, todo o nosso apoio à GAM3, todo nosso apoio à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E a esquerda, Ver. Jonas Reis, do PT, não irá atrasar essa cidade! A esquerda, Ver. Marcelo

Sgarbossa, não fará palco em cima de um assunto que vai mexer com milhares de empregos, vai mexer com a orla, vai mexer com o desenvolvimento desta cidade. Por isso essa moção precisaria ser aprovada por unanimidade. Esta Casa tem que aprovar essa moção por unanimidade, é um recado importante lá para fora, um recado de que nós, realmente, queremos o progresso, de que nós, realmente, queremos ter o piquete, ter a Semana Farroupilha, ter uma roda-gigante, ter atrativos turísticos e também, Carpinejar, ter a sombra das árvores para piqueniques, para tomar um chimarrão. Aliás, os caranguejos que quiseram abraçar a orla em 1988, que queriam impedir a orla e depois não deixaram nem Jaime Lerner vir a esta Casa defender o projeto, essa caranguejada hoje vai lá aplaudir o Sol, vai lá acender os seus cigarrinhos, vai lá tomar o seu chimarrão, desfrutando da bela e valorosa orla da nossa cidade.

Por isso o nosso apoio, assinamos em conjunto essa moção. Esse é o tipo de moção que tem que ser votada. Às vezes eu mesmo crítico tanto de moções que temos nesta Casa, mas essa precisa ser votada, essa precisa passar por unanimidade, em prol e pelo bem do desenvolvimento de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, o Ver. Tiago Albrecht, do NOVO, que nos antecedeu, usou a seguinte expressão aqui: “rodar a baiana” – expressão racista, xenofóbica e misógina. Esse tipo de expressão não cabe no vocabulário parlamentar. Peço que ele retire essas palavras, que atacam o povo baiano, das notas taquigráficas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, o Ver. Jonas Reis é o rei do mimimi. Rei do mimimi, veio fazer uma questão de ordem aqui de uma questão meramente coloquial, uma expressão que todo Brasil utiliza, inclusive a própria Bahia, ele que deveria aqui retirar quando falou na última sessão sobre “gauchão de apartamento”. Ele subiu na tribuna para falar de gaúcho de apartamento, que não toma chimarrão e que não sei o quê. Isso sim seria uma forma preconceituosa de se manifestar.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Ramiro, feito o registro. Ver. Tiago.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Desculpa, Ver. Sgarbossa, que eu tenha que lhe interromper, mas eu estava escutando o corte, Ver. Cecchim, que o Jonas estava fazendo aqui com o seu assessor, e eu acho, líder do PT, que a gente não precisa forçar a barra. Eu não vou retirar as minhas palavras, porque isso, em literatura, se chama força de expressão. Não é intolerância. Eu sou presidente da Frente Parlamentar de Liberdade Religiosa e Estado Laico. V. Exa. já usou os termos mais chulos possíveis lá em cima, outro dia atacou o Ver. Ramiro Rosário, então não vou retirar porque todos entenderam,

Presidente, o que eu quis dizer, e não é de corte de internet que esse vereador fica fazendo em cima dos outros que a gente vai pautar o debate público. Não retiro das notas taquigráficas porque quem sabe ler, quem sabe interpretar texto, sabe que eu usei uma expressão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, Ver. Tiago Albrecht. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Obrigado, Presidente Hamilton, quero agradecer aqui aos partidos de oposição que me cedem o espaço para fazer esta fala aqui, não só porque fui citado, mas por estar diretamente envolvido com o tema que foi trazido aqui na tribuna. Eu até escutei de algum vereador, talvez da Comandante Nádia, que estão presentes associações aqui dos acampados, que bom vou ter a honra de conhecê-los, já deveríamos ter nos encontrado antes, porque eu tenho certeza que vocês não cairão numa forma atual, digamos assim, de criar as falsas polêmicas. Nós entramos com ação, e a ação está ali, basta ler, na defesa do patrimônio paisagístico, ambiental e cultural, repito: e cultural. Em nenhum momento a ação popular teve qualquer objetivo de dificultar o Acampamento Farroupilha. Foram escritos inclusive artigos, alguns vereadores adotam essa tática de tentar não deixar a gente falar. Por isso, Ver. Ramiro... Fui convidado para um debate com o Ver. Ramiro, que será amanhã, e neguei, neguei participar, por dois motivos: por ele não representar o governo, ou seja, não representa ninguém, talvez nem o seu próprio partido, e porque ele é muito gritão, ele grita, ele usa o grito como um argumento. Então, senhoras e senhores que nos acompanham aqui, o processo é justamente na defesa, como eu disse, do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico. Foram escritos artigos; o Ver. Oliboni, inclusive, escreveu um artigo no Jornal do Comércio, dizendo que não é contra o Acampamento Farroupilha. Eu não acredito que os tradicionalistas defendam aquela concretização em massa, o que é muito diferente de melhorias do acampamento, mas o que se fez ali, além do corte das árvores, para virar estacionamento, é uma concretização em massa do parque. Quando vocês forem acampar, quando iniciar, vocês vão ficar estarecidos em ver o que foi feito com o Acampamento Farroupilha, que foge totalmente da tradição gaúcha, que é uma tradição de vida campeira, de fogo no chão, de fogão de barro e tantas outras coisas que não preciso aqui explicar para vocês; não preciso dar nenhum carteiraço, venho da cidade de Lagoa Vermelha, participo, participei de movimentos do grupo, artes nativas, como o Enart, enfim, de um muitos outros eventos ligados à cultura gaúcha. Então, essa falsa polêmica, incentivada pelo prefeito; o prefeito diz assim: “O acampamento está em risco.” Quem colocou acampamento em risco? E dois dias depois ele diz assim: “Eu garanto que o Acampamento Farroupilha sai de qualquer jeito. Quem entrou nessa do prefeito... Se eu puder fazer um pedido, é que comece olhar atentamente porque esse é um jogo de alguns políticos: criar uma falsa polêmica para vir depois como um solucionador. É o que alguns vereadores estão propondo aqui, criam uma polêmica que

não existe, como se ambientalistas ou quem quiser cuidar da cidade é contra os tradicionalistas. Alguns embarcam nessa, porque isso gera polêmica; Ver. Pedro Ruas, a imprensa também é muito pródiga nisso – nos liga, e nós falamos por dois, três minutos, o jornalista pega a frase que mais vai dar polêmica. Há pessoas que embarcam nessa, há pessoas que não embarcam nessa. Então, que bom que vocês estão aqui – acho que é um momento agora; vou descer da tribuna, quero cumprimentá-los, porque é um processo de diálogo, todos nós queremos um parque com as melhores condições, com a drenagem, com a canalização dos esgotos, das águas, etc., mas não aquela devastação que foi feita – a olhos visíveis, foi feita uma devastação –, o concretamento total. Ontem, no final da tarde, passei ali; lotado, Ver. Janta, de automóveis, e, segundo matéria do jornal Correio do Povo, R\$ 50,00 para estacionar o carro ali, Ver. Oliboni, R\$ 50,00, ou seja, esse privado que alguns defendem aqui é, na verdade, alguém que quer fazer da cidade uma mercadoria para lucrar, e isso nós não podemos aceitar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): O Ver. Marcelo vem aqui falar algo que não está sendo concatenado. Se a obra para, não há como ter o festejo Farroupilha; então está falando errado. “Eu sou a favor do Acampamento Farroupilha, mas não deixo as obras acontecerem”. Eu gostaria que o senhor explicasse como é que vai ter a mínima condição de água, de esgoto, de rede elétrica e de saneamento ali para os piqueteiros trabalharem. Isso é uma falácia, vereador.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, como coautora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Hamilton, colegas vereadores e vereadoras, sou obrigada a subir a esta tribuna para falar sobre um tema tão importante para a nossa cidade, porque, quando a gente fala do Parque da Harmonia, a gente não fala somente de um parque, a gente fala de uma história, a gente fala de tradição, a gente fala de cultura, a gente fala de arte, a gente fala de tantas pautas importantes para a nossa cidade. E eu estive lá na caminhada que nós fizemos em defesa do parque, em defesa dos piqueteiros, em defesa da nossa tradição, por entender a importância do Acampamento Farroupilha e por entender o que está sendo feito no parque. A Dra. Annelise Steigleder, que é promotora do MP, por quem eu tenho o maior carinho e respeito – muitas ações nós fazemos juntas –, esteve no parque e disse que estava tudo certo, dentro do que foi acordado na concessão do parque. Nós vamos discutir com quem tem responsabilidade, coloca o seu nome, assina e diz que está tudo certo? Como assim? Cada um no seu lugar, vamos nos respeitar. Como é que nós vamos fazer um parque temático sem ter obra? Eu nunca vi disso, isso não existe. E aí, peço desculpas ao Ver. Sgarbossa, mas ele diz que ele não é contra o acampamento. Então por que ele não disse: Vamos embargar só parte da obra, da roda gigante, de onde não está de acordo? Por que

ele mandou embargar tudo? Então ele não é favorável ao Acampamento Farroupilha, porque quem manda embargar a obra do Parque da Harmonia é contra o Acampamento Farroupilha, é contra nossa tradição. E aí nós temos que falar que essa obra vai trazer muitas melhorias, porque hoje nós temos uma bacia de contenção, e nós vamos ter três. E as árvores retiradas, a cada uma, cinco plantadas. Onde é que está o problema? Neste sentido, não tem problema, vamos combinar que está tudo certo, que está tudo sob controle, até porque eu não acredito que o prefeito Sebastião Melo colocasse seu nome numa coisa que fosse irregular, eu não acredito nisso. Então parabéns aos defensores da cidade, parabéns ao desembargador Dr. Marcelo Bandeira que teve a sensibilidade e a justiça para que essa liminar caísse e que a gente conseguisse ter o nosso Acampamento Farroupilha. Parabéns aos piqueteiros que lutam incansavelmente, porque não é fácil ter um Acampamento Farroupilha, eles lutam para conseguir recurso, para conseguir colocar os seus piquetes e para poder instalar, para oportunizar para a nossa cidade um belo evento que é a nossa tradição. Prefeito, vereadores, vamos aprovar essa moção que eu também assinei, porque ganha a cultura, ganha a tradição e ganha Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, gostaria de agradecer também aos meus colegas de partido, à bancada do PSOL pela oportunidade em poder usar essa tribuna para me manifestar e falar um pouquinho do que a nossa bancada pensa sobre essa celeuma. Nós temos aqui em discussão uma moção de solidariedade em apoio ao projeto e obras realizados pela concessionária GAM3, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho – apoio ao projeto.

Senhoras e senhores, logo em seguida nós teremos outra moção da mesma autora de solidariedade aos piqueteiros. A nossa bancada é favorável aos piquetes, aos festejos Farroupilha, nós temos muitos militantes, inclusive integrantes da nossa bancada, que participam dos festejos Farroupilha. Nós somos favoráveis à cultura. Porém, a moção em questão é solidariedade ao projeto; projeto, a primeira palavra é projeto, Comandante Nádia, foi a senhora que escreveu, então leia! Projeto. Qual projeto? O projeto que essa empresa apresentou à Prefeitura e teve a concessão e liberação? Ou o projeto alterado por essa mesma empresa, ilegalmente. É isso que foi discutido e está sendo discutido pelos ambientalistas. Não o projeto original que mantinha e preservava a topografia do parque, as suas características originais; isso é o projeto original. O projeto de rasamento, planificação topográfica, isso não foi aprovado, não foi autorizado. E esse projeto nós não apoiamos. Por isso vamos votar nessa moção que é solidariedade ao projeto, não ao projeto que está sendo implementado, mas ao projeto original, o projeto original nós votaríamos favoravelmente, mas não é o caso.

O nosso Parque da Harmonia foi destruído, foi despedaçado; melhorias são necessárias; fui muitas vezes, sempre dou uma passada no Vinte de Setembro por lá, eu

acho bonito; mas pisar no barro, é horrível. É necessária alguma melhoria, alguma qualificação, mas não a destruição do perfil do Parque da Harmonia, é isso que foi alterado no Parque, isso que foi alterado, e é por isso que estamos contra. É por isso que os ambientalistas estão revoltados, porque não respeitaram a fauna, a flora, precisava ter suprimido tantas árvores? Ah, mas foi concedida autorização para remover 400 árvores! É um terço das árvores, a Prefeitura autorizou a remoção de um terço das árvores, é um absurdo, o prefeito deveria estar envergonhado; a Secretaria Municipal do Meio Ambiente deveria estar envergonhada de permitir: ah, mas foram removidas só 100. Gente, percebam os eventos climáticos que estamos presenciando e isso tudo é por conta das agressões ao meio ambiente, é a resposta que a natureza nos dá por conta deste tipo de alteração, a falta de respeito. É isso que nós somos contra, não ao projeto original, mas a este projeto destruidor que está sendo implementado por esta empresa canalha. Não vamos votar favoravelmente uma moção de solidariedade a uma empresa canalha, não, a próxima moção é para vocês, de solidariedade aos piqueteiros porque nós queremos e esperamos que os festejos Farroupilha aconteçam, mas não a destruição que foi implementada por esta empresa sem critério e sem respeito ao nosso Harmonia. Uma boa tarde e agradeço a atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Hamilton Sossmeier; colegas vereadores e vereadoras; piqueteiros, cidadãos e cidadãs que estão aqui na nossa Câmara Municipal; cidadãos que estão assistindo. A coisa não é bem assim, não é bem assim, assim diz o nosso colega Ver. Airto Ferronato. Nós, da oposição, vamos votar, sim, a favor da outra moção que é a favor da continuidade do evento da Semana Farroupilha, porque ele é um evento da cidade, ele é um evento que inclusive nós aprovamos aqui há muitos anos e que é uma obviedade que, independente do que acontece no Parque, quem tem a obrigatoriedade de fazer com que este evento saia é o gestor municipal, casualmente, neste momento, é o prefeito Sebastião Melo. Por outro lado, é importante trazer aqui fatos importantes como a atribuição do vereador que é fiscalizar os serviços da cidade, dentre eles estão o serviço público, concessões, terceirizações. O que que está acontecendo no Harmonia? Aquilo que o governo Marchezan sempre defendia: entregar os parques e praças para empresas que, no caso é uma concessão, e dar a elas o direito e autonomia de fazerem o que bem entendem, essa é a grande verdade; não foi diferente aqui no Parque da Harmonia ou Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. E nós percebemos que o grande número da população está indignado com a total devastação, descaracterização do Parque da Harmonia, essa é a grande verdade. Inclusive posso dizer alguns elementos que nos indigna mais ainda: quando fizeram a revitalização da orla – que todos nós fomos favoráveis, com algumas contradições enormes nas compensações –, uma compensação era plantar 30 ipês no

Harmonia. Se algum de vocês conseguir encontrar um ipê no Harmonia, nós colocamos muito mais de 30, porque é um absurdo, as compensações não acontecem. E agora o governo autorizou a retirada de 432 árvores do Parque da Harmonia; a GAM3 está dizendo que retirou 103. O projeto original aprovado lá na concessão foi 83, pelo CMDUA, que não deixa de ser o Plano Diretor.

Quando o cidadão faz uma planta de uma casa, de um edifício, se ele não estiver com regramento correto, o que que acontece? O poder público vai lá embarga a obra. Aqui no Harmonia o poder público municipal, ao contrário, ele não embargou a obra, ele está defendendo a GAM3, mas com que interesse está acontecendo isso? Nós denunciemos aqui na Câmara, tivemos várias reuniões, porque nós conversamos não só com o governo, não só com a GAM3, não só com ambientalistas, mas também com arquitetos que elaboraram o projeto de lei naquela ocasião. Agora que mudou a sociedade em si ou os proprietários, ou os que, enfim, estão hoje comandando, a GAM3 Parks; e as licenças ambientais e o próprio alvará de obra são daquele processo anterior que não está em execução, o projeto que está em execução é o outro. Aumentaram os índices construtivos ali, hoje o índice construtivo da roda-gigante é 73m, e nós sabemos que tem fatos que hoje é um problema para cidade. Vocês acompanharam, por exemplo, o *show* de ontem? Perguntem para o 156 ou para a Prefeitura, milhares de ligações, porque, na verdade, a altura do som era tão grande, Ver.^a Karen, que ultrapassava os 70 decibéis; inúmeras clínicas de idosos da região já saíram daqui, inclusive do Menino Deus; inúmeros cidadãos que têm filhos autistas já saíram aqui da região, não só do Centro Histórico como também do Menino Deus. Pelo contrato original da concessão, podem fazer até dez eventos no Parque da Harmonia, sendo que três eles podem ser feitos sem estarem caracterizados com a cultura tradicionalista. Eles já fizeram sete este ano! Eles são obrigados a fazer somente três, os outros sete têm que ser ligados a questões tradicionalistas gaúchas. Tem muita coisa errada, por isso que nós encaminhamos aqui na Câmara uma comissão externa para acompanhar a questão das obras. Perdoem-me aqui os tradicionalistas, mas nós vamos votar contra essa moção, porque ela está dando autonomia à GAM3, e não tem condições de continuar dessa forma. O próprio Ministério Público já pediu uma auditoria para que eles apresentem os laudos de licenciamento. Nós votaremos favoravelmente a outra moção e sempre votaremos na defesa, sim, da Semana Farroupilha ou do mês Farroupilha, porque nós somos gaúchos, somos porto-alegrenses, e queremos, com eles, construir a ampliação desses espaços e não a construção de estacionamentos para cobrar tão caro tanto para os piqueteiros como também para os cidadãos. Por isso nós queremos que esse parque seja da população de Porto Alegre e não apenas de alguns. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, como coautor.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, colegas vereadores, infelizmente há pessoas que ainda exercem aquele tipo de política “quanto pior, melhor”; se a ideia não parte deles, não presta. É impressionante! Eu quero saber qual dos colegas vereadores aqui já fez churrasco lá no Harmonia? Eu, que moro há 40 anos no Centro de Porto Alegre, conheço de verdade o Centro Histórico, muito joguei futebol no Marinha, andei de bicicleta, mas andar de bicicleta é de verdade, não é fazer um agá que nem uns fazem, muito fiz churrasco no Harmonia ali, e é um lamaçal, uma aguaceira, tudo escuro, matagal, morador de rua, bandido, um monte de gente na volta, sem infraestrutura nenhuma, e, pela primeira vez na história, nós estamos tendo a oportunidade de fazer um centro de cultura gaúcha que possa atender a todos, não só a quem mora na capital ou na Região Metropolitana, mas que seja uma referência no País, e a esquerda ultrarradical, através dos seus representantes, com subterfúgios e mecanismos nebulosos, debocham da opinião pública, ludibriam, maquiam e distorcem a verdade. O projeto original, aprovado pela Prefeitura para a GAM3, é óbvio que sofreu uma ou outra alteração, em qualquer tipo de obra acontece isso; árvores condenadas, que trazem perigo inclusive a quem ali frequenta, com galho podre, com raiz podre, perigando cair em cima de uma pessoa; são pequenas modificações. Não vamos subestimar a inteligência do ser humano. É claro que a empresa responsável vai fazer as respectivas equiparações e compensações. Nós teremos, este ano talvez, o melhor mês de setembro da história da Semana Farroupilha, porque vai ter iluminação, vai ter luz, vai ter tomada, vai ter estacionamento, vai ter bastante segurança, vai estar organizado, e ano que vem vai estar melhor ainda. Então não adianta a esquerda ultrarradical se socorrer do Poder Judiciário na calada da noite, através de decisões monocráticas, subestimando o nosso importante Poder Judiciário com decisões *inaudita altera parte*, ou seja, decisões que não ouvem a parte contrária, não dando a ampla defesa e o contraditório num processo concreto, robusto, sólido, que tem a prefeitura de Porto Alegre através do competente secretário Germano. Então, peço aos colegas que votem por unanimidade, de forma simbólica, essa moção que é importante para a cidade. Nós temos que evoluir e andar para frente, porque Porto Alegre tem pressa, e a cidade não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 151/23, como coautora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Eu gostaria aqui de lembrar que foi o Ver. Oliboni, na COSMAM, que entrou com essa questão das obras do Parque da Harmonia, para não ficar tudo sobre os ombros do Ver. Sgarbossa, o vereador que acreditava que tinham árvores centenárias no Parque da Harmonia. Criou-se um circo em cima dessa pauta, infelizmente, e graças à pressão popular e à nota pública, assinada por mais de 36 entidades representativas de diversos setores e a união da sociedade porto-

alegrense e gaúcha, que se conseguiu mostrar a realidade sobre essa pauta, sensibilizando o Tribunal de Justiça para uma injustiça que estava sendo cometida em relação à obra. Uma injustiça de proporções gigantescas, porque, se ela tivesse sido mantida, a insegurança jurídica que nós traríamos para a nossa cidade seria gigantesca. Vocês imaginem as empresas que gostariam de parcerizar em diversas áreas olhando para um processo desses e ficando absolutamente inseguras, achando que Porto Alegre era literalmente a casa da mãe joana, onde a qualquer momento, por qualquer tipo de denúncia irresponsável se embarga uma obra e se encerra um contrato. Pura politicagem e é típica da hipocrisia de parte da esquerda. Essa hipocrisia que faz com que as pessoas se acorremem em árvores num dia para impedir um parque de acontecer e logo a seguir, poucos meses depois, estarem lá, tomando chimarrão com toda a família, fazendo piquenique, como se não tivessem tentado impedir a obra de sair do papel. Mas com isso a gente está acostumado em Porto Alegre, a gente viu isso com todos os trechos de revitalização da orla, a gente viu agora com o Parque da Harmonia e com certeza nós veremos isso mais vezes, porque é da filosofia dos caranguejos. A Comandante Nádia estava conversando comigo, a gente precisa fazer uma caranguejada em homenagem simbólica a essa pauta. O que chamam de cimento no chão do parque inteiro é a obra de drenagem com novas três bacias de contenção que já deveria ter sido feita há 40 anos, antes de plantarem as árvores centenárias do Oliboni lá, não é? Já deveriam ter feito a obra de drenagem do parque, para que ele não ficasse constantemente inundado. É uma obra que tem que ser feita, foi uma exigência da Prefeitura em cima do contrato, em cima do projeto, que essa obra de drenagem saísse do papel enfim. O que eu acho – e aqui eu vou dar um voto de confiança para os vereadores de oposição, para os vereadores de esquerda – é que muitos deles vieram contra o projeto, porque se deixaram levar por denúncias rancorosas de pessoas que tiveram seus interesses contrariados na elaboração do processo e do projeto inicial. Não é possível que vereadores que se dizem defensores dos piquetes, defensores do Parque da Harmonia tenham caído nessa cilada de entrar contra a realização das obras faltando poucos dias para a realização dos piquetes. Depois, se fazem de inocentes: “Não sabia, não foi intencional, nós não queríamos atrapalhar os piquetes”, como se desse para fazer qualquer coisa no parque na situação em que ele se encontrava. O pior de tudo: se a liminar não tivesse sido derrubada, era justamente na hora em que as obras estavam concluídas nessa parte do projeto e que toda revitalização, replantio, etc. ia começar a ser feito. Ou seja, iam interromper as obras na pior hora possível. Graças a Deus, e parabéns ao Judiciário gaúcho, nós tivemos o bom senso do olhar sem o filtro ideológico que só atrasa a cidade, o olhar para Porto Alegre, para os piquetes, para os usuários do parque, dizendo que se termine a obra. Vamos entregar um parque lindo e maravilhoso para a cidade, porque Porto Alegre merece. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia e pelo Ver. Pedro Ruas, o Requerimento nº

151/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, deferido pela presidência, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PELO nº 002/22.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos vereadores Mauro Pinheiro e Alexandre Bobadra, ao PR nº 024/22.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Eu só queria parabenizar a Ver.^a Nádia pelo objeto que foi votado agora, parabéns a Nádia e à empresa. Só quero mencionar que a Câmara, mais uma vez, se posicionou, e se posicionou a favor. Então, acaba sendo um pouco estranho que ganhe tanta repercussão o contra, se o Parlamento de Porto Alegre diz, mais uma vez, sim. Obrigado.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 153/23 – (Proc. nº 0820/23 – Ver^{as} Comandante Nádia, Mônica Leal e Cláudia Araújo e Vers. Alexandre Bobadra e Tiago Albrecht) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “aos piqueteiros do Acampamento Farroupilha 2023, a ser realizado no Parque Harmonia.” **(SEI 025.00080/2023-83)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 153/22](#). (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado, Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores e público que nos dá a honra da presença no dia de hoje. Esta moção é a que tem que ser aprovada, e, se possível, e acho que é, por unanimidade. Porque, vejam bem, esta moção é de solidariedade e apoio aos piqueteiros, a quem faz os piquetes, não é de apoio e solidariedade a uma empresa que inclusive descumpriu o contrato, como era a moção anterior. Descumpriu, e foi por isso que a Justiça, no primeiro grau, segurou. A empresa descumpriu. Alguém pode imaginar que aqui haverá representantes de Porto Alegre contra os piqueteiros? Contra os piquetes? Contra a maior festa gauchesca de Porto Alegre? Eu fui criado, meu nome é Pedro Fagundes Ruas, a Liliana Cardoso conhece muito bem, eu fui criado ali dentro. Todos apoiam, todos apoiam os piqueteiros! Todos gostam da festa! Todos ficam ali se sentindo, professor Alex Fraga, nosso querido vereador, Ver. Sgarbossa, que é de Lagoa Vermelha, cada vez mais gaúchas e gaúchos. Somos assim. É o nosso momento gauchesco maior na capital. No interior nós temos muitos festivais, que são momentos importantes, onde eu

participo também, desde as califórnicas, até agora do Grito do Gaúcho, mas nós temos que ter a noção de que uma coisa é uma coisa e outra é outra. Ninguém vai imaginar uma cancha reta no cimento, não é?! Não é possível! Não é possível que se pense isso. Então, todos e todas são a favor dos piqueteiros. Com relação à empresa, é claro que há divergências gravíssimas. Eu não concordo sequer com o projeto da Prefeitura – sequer com o projeto da Prefeitura. Eu acho assim: quem faz política tem que ter posição e mostrar a posição – estou mostrando aqui. Eu não concordo nem com o projeto da Prefeitura, acho muito ruim o projeto, sem consulta popular, sem nada. Vai colocar uma roda gigante – uma roda gigante?! – no lugar tradicionalmente dedicado às festas gauchescas? E depois... nunca vou tirar foto de roda gigante, vereador, não se preocupe com isso. Nunca! Guarde o senhor as fotos com a roda gigante, aliás, o senhor tem uma rodinha que o senhor anda... Então, é importante nós deixarmos claro que o que foi feito ali é uma violência, é uma violência contra o movimento tradicionalista, sim, e é uma violência ambiental, é isso que foi feito! E essa ideia é da Prefeitura! E quando a empresa foi além da sua competência pelo projeto, a justiça trancou, mas é claro, foi além da conta, Ver. Sgarbossa. Neste momento, o que nós temos aqui é uma obviedade a favor dos piqueteiros: todos são a favor, desde os Aporreados do 38 até todos os demais que nós gostamos tanto, incentivamos tanto. Em 1994, há quase 30 anos, já houve uma tentativa de botar o cimento aqui no parque, já houve. Nós rejeitamos na Câmara, por poucos votos, sob a liderança do Ver. Giovanni Gregol, que era quem comandava, naquele tempo, o trabalho ambiental, e com o apoio dos tradicionalistas – com apoio dos tradicionalistas desde o MTG até mesmo o órgão estadual, que era dirigido pelo Bagre Fagundes. Todos vieram para apoiar e não colocaram o cimento no parque. Agora vão colocar – agora vão colocar –, acho uma tristeza, mas os piquetes serão sempre apoiados por nós. Roda gigante – roda gigante! – no Parque da Harmonia, com todo o respeito, é um acinte.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Vamos fazer uma retrospectiva: quando o Hospital de Clínicas tinha lá aquela briga das árvores, quem era os que estavam lá? Os mesmos. E agora há pouco estiveram aí com o Presidente Lula inaugurando, fazendo festa, quando, na realidade, eles não queriam que houvesse uma transformação, uma renovação do Hospital de Clínicas, que é um hospital federal. Quem era os que estavam na orla antigamente, brigando, fazendo arruaça, que não queriam a orla nesse sentido? Hoje eles estão correndo, andando de bicicleta, fazendo turismo, fazendo festa, e eram contra também. Vocês não podem cair nesse papinho de que eles eram contra a empresa. Eu também não estou preocupado com a empresa. Estou preocupado é com os piqueteiros. E não são acampados; são piqueteiros, que muitas vezes estão lá e o que eles querem é o lodo, fica lá o gaúcho, fica aí nesse lodo, que não tem problema, eles são

assim mesmo. Eles disseram aqui na tribuna que os gaúchos são isso mesmo: ficam no barro à vontade. Não, gente, aquilo lá é cultura. Inclusive quando o piquete entra lá, ele tem que fazer um projeto cultural. É isso, para o cidadão que está nos ouvindo saber, não é uma festa, um churrasco, aquela fumaça... Não, lá tem um projeto cultural. As escolas vão lá conhecer a nossa tradição, vão lá conhecer essa cultura maravilhosa do nosso Estado, que é orgulho para nós e que todo País gosta e até estranha como nós somos assim. Vem gente de todo o Rio Grande, vem gente de todo País para o Parque da Harmonia. Mas eles querem deixar o Parque da Harmonia feio, quando vem uma chuva, eles querem que ninguém entre. Árvore se planta de novo, vai ter lá cinco árvores para cada uma perdida. E como já disseram aqui, aquilo lá era um aterro. Ou vocês acham que o Beira-Rio já era aquilo pronto? Não, foi um aterro também, Jonas. Quem é mais experiente aqui sabe que o Inter fez a boia cativa, para poder aterrar, para poder vender. Então, tudo isso que foi aterrado na orla fez Porto Alegre bonita como ela é, maravilhosa como é. Nós não tínhamos uma peça na cidade para turismo. Vai chegar um momento em que vão ficar aqui e não vão mais para a Serra. A Serra não precisa mais de nós, da capital, ela já é superavitária. Então, isso é importante dizer, nós precisamos de turismo. São sempre os mesmos que estão contra o progresso, mas depois comemoram. Até quero fazer aqui, me atrevo a dizer uma coisa, nesse aspecto eu não controlo e não concordo: o som realmente estava muito alto, lá em Teresópolis, no meu bairro, eu pensei que era uma festa no bairro. Então é uma sugestão para a Prefeitura: nivelar o som. Vai ter muita festa ali, mas nós não podemos sacrificar a população mais de perto, como Menino Deus, Cidade Baixa. Tem que ouvir, a música é coisa belíssima, mas realmente estava demais aquele som. Então eu quero dizer que nós vamos votar... Quando eles dizem que o problema deles é empresa, não é verdade, o problema deles são os piquetes, porque eles não gostam dos piquetes, eles não gostam dos gaúchos, assim como eles não gostam do pobre; eles gostam da pobreza, são coisas diferentes. Então é nesse aspecto... Quanto ao Sgarbossa, vocês viram o Sgarbossa chegando com o Oficial de Justiça? Eu nunca vi isso, um vereador chegando com oficial de justiça.

(Aparte antirregimental do Ver. Marcelo Sgarbossa.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sgarbossa, nós somos vereadores, nós não somos juízes, promotores, inclusive o teu irmão é um grande promotor, eu tive a satisfação de conhecê-lo, mas nós não podemos tudo, nós temos que ter um limite, e nesse aspecto eu trabalho pelo limite. Então nós vamos votar pelos piqueteiros, que são orgulho da cidade, orgulho do nosso Estado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, muitos sobem aqui e dizem que entendem de tradição. Permitam aqui eu lembrar um versinho telúrico, a letra de “Quando O Verso Vem Pras Casa”, de Gujo Teixeira e Luiz Marengo, 1997. (Lê.): “A calma do tarumã, ganhou sombra mais copada/ Pela várzea espichada com o sol da tarde caindo/ Um pañuelo maragato se abriu no horizonte/ Trazendo um novo reponte, prá um fim de tarde bem lindo// Daí um verso de campo se chegou da campereada/ No lombo de uma gateada frente aberta de respeito/ Desencilhou na ramada, já cansado das lonjuras/ Mas estampando a figura, campeira, bem do seu jeito// Cevou um mate pura folha, jujado de maçanilha/ E um ventito da coxilha trouxe coplas entre as asas/ Prá querência galponeira, onde o verso é mais caseiro/ Templado a luz de candeeiro e um quarto gordo nas brasa.” Quem não conhece as letras do camperismo, do nativismo, a história da tradição, da cultura construída por tantas e tantas etnias, até caem na cantinela dos vereadores de direita, dizendo que entendem de gauchismo, tradicionalismo, regionalismo, nativismo, mas eles não sabem a diferença entre essas quatro palavras. Tarumã, não sabem o que é que está nesse verso; ramada, se perguntar, se apavoram. Então, esse povo que aí está, que diz que defende o acampamento, talvez nem lá tenha ido em nenhum momento. Mas eu fico mais preocupado ainda que nas câmeras, nos rádios, talvez somente aqueles da *fake news* têm espaço. Quem conhece o mundo do CTG, da tradição, sabe muito bem que nós, da esquerda, sempre ali estivemos e ali garantimos, tanto é que a Frente Popular em 1999 garantiu à fazendinha, o acampamento, a Casa do Gaúcho, que foi construída no tempo do PT; então, essa falsa polêmica que os lacradores querem trazer aqui para tribuna não cabe hoje. Nós sempre fomos favoráveis; por isso fizemos, com potência, políticas públicas para garantir que toda a diversidade cultural ocupasse o Parque da Harmonia, mas agora esta turma do bem bom, do jeitinho brasileiro resolveu vender praticamente o parque, e agora sabe quem vai lá? Quem paga – é um absurdo! – R\$ 1,2 mil para fazer o acampamento. Mais de 200 piquetes, CTGs, cada um vai pagar R\$ 1,2 mil. Para quem? É uma vergonha isso, a Prefeitura deveria financiar. E mais ainda: só agora, no último final de semana, com o aluguel da plataforma ali a empresa arrecadou R\$ 60 mil, e ela pagou pela outorga R\$ 201 mil. Então em um evento já tira o dinheiro, mas ainda quer agora esmagar os piqueteiros, os CTGs cobrando R\$ 1,2 mil. Não precisa, se cobrou R\$ 60 mil para um *show* que azucrinou os ouvidos da população. Nunca o Acampamento Farroupilha fez som tão alto, em mais de 20 dias fazendo acampamento; e todo mundo ia, todo mundo vai, todo mundo é a favor do acampamento, nós não somos a favor dessa baderna. Lá na frente do Hospital Mãe de Deus, esse final de semana, estava somando 60 decibéis. Isso é um desrespeito com os doentes. O Cassiá, que mora longe, mora lá no Teresópolis, ouviu uma baderna de som eletrônico. No gauchismo não tem isso; no gauchismo tem respeito às pessoas, sempre teve respeito por parte do Acampamento Farroupilha. Então nós somos a favor do acampamento. Os três vereadores do PT vão votar favoravelmente. Essa falsa polêmica, essa mentira, essa ilusão que a direita quer vender comigo não cola, porque eu me criei dentro de CTG e fiz questão aqui de trazer o verso do Gujo e do Luiz Marengo, porque quem vive a cultura sabe da cultura; quem não vive, masca Trident e fala algumas

palavras bonitas, tentando ludibriar os incautos, mas com o Ver. Jonas não cola. Masquem o chicle de vocês e tomem a Coca-Cola, porque no Acampamento Farroupilha nós vamos continuar tomando um bom chimarrão e comendo uma boa comida campeira. Todo o apoio ao Acampamento Farroupilha, e chega dessa direita *fake news*.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu achei interessante aqui a argumentação dos vereadores de esquerda falando que não são contra os piqueteiros. Principalmente quem vem da polícia sabe que toda atividade, toda ação tem uma consequência. Tinha um coronel que nos dava um curso que nos falava: “Depois do gatilho puxado, não tem volta”. E quando o cara foi lá e entrou com uma ação judicial pedindo o embargo da obra do parque inteiro, qual era a consequência lógica que se poderia esperar com relação aos piqueteiros? Não era que eles ficassem sem a sua atividade durante os festejos farroupilhas? Na minha opinião, era óbvio que isso aconteceria, então não tem como vir falar que “Ah, porque nós não queríamos que isso acontecesse, porque a gente só estava preocupado com a vegetação”. Não estão preocupados agora com a Amazônia, não estão preocupados com as invasões que estão acontecendo agora, por exemplo, na Zona Leste, muitas vezes promovida por eles próprios, porque parece que a preocupação ambiental é seletiva: se apoia a o desenvolvimento da cidade, não pode, mas se é para invadir a área de preservação permanente para permitir que a companheirada possa se instalar lá para fazer a desapropriação social, daí parece que pode. Então existe uma preocupação seletiva com relação a essa questão ambiental. Não me digam que não, porque a gente observa isso todos os dias. Falaram aqui para mim: “Ah, a população estava indignada com a obra”. Mentira! A população estava indignada com os gatilhos mentais que vocês utilizaram mentindo que aquilo estava sendo feito de maneira ilegal. Nunca foi feita nenhuma intervenção sem autorização da Prefeitura antes. Óbvio que uma pessoa vai ouvir falar que uma árvore caiu de maneira ilegal e ela vai ficar indignada, porque se eu corto uma árvore na minha casa, vou ser punido, então por que uma empresa iria lá cortar 400 árvores e não seria punida? É óbvio que se fosse ilegal, as pessoas teriam 100% de razão por estarem indignadas, mas toda intervenção que foi feita ali no Harmonia foi legal. Tanto é que, ontem, na chimarreada que fizeram contra a obra, após a decisão judicial, só tinha os petistas e psolistas lá, não tinham aquelas pessoas indignadas que tinha no início, porque elas próprias se sentiram enganadas por vocês, pois vocês mentiram para elas. Agora, porque viram que pegou mal, estão dizendo: “Não, não era nossa intenção, a gente nunca foi contra o Acampamento Farroupilha, a gente só era contra a devastação ambiental”. Mas, cara, em nenhum momento o argumento da Prefeitura mudou uma vírgula, porque a mesma autorização que foi dada lá no início, para o início da intervenção, das obras, foi utilizada para derrubar a liminar, porque foi seguido todo o

rito legal adequado, vocês que mentiram e insuflaram a população contra essa intervenção. Daí eu vejo aqui alguém falando: “Ah, mas o asfalto, o concreto está sendo utilizado lá, não pode porque vai acabar com a natureza”. Cara, só fala isso quem nunca foi no Acampamento Farroupilha, porque quem vai todo ano no Acampamento Farroupilha sabe o quanto o barro atrapalha a diversão das pessoas. Quem fala que é contra a colocação de um piso ali, não sabe porque nunca foi, só pode ser essa explicação. Mas além disso, em nenhum momento está sendo colocado concreto. Vocês estão dobrando a aposta na narrativa, porque toda intervenção, mesmo sendo autorizado a colocar concreto, está sendo feita com PAVS um material hidropermeável onde vai permitir a própria drenagem da água. Então é para ver que vocês subiram numa narrativa, não abandonam a narrativa e tentam, parece, dobrar a aposta, fazendo parecer que todos que estão aqui defendendo o desenvolvimento da cidade são maus, que querem o mal da cidade e só estão aqui pelo lucro. Cara, isso é patético! Patético, não tem outra explicação para isso.

É isso, acho que consegui falar tudo. Acho patético que vocês continuem dobrando a aposta na narrativa que foi colocada, fazendo parecer que todas pessoas, que não são os defensores do que vocês defendem, são contra o desenvolvimento. Essa discussão sobre a questão dos piqueteiros acaba ficando um pouco misturada a essa questão do desenvolvimento das obras, porque, como consequência da paralisação das obras, os piqueteiros foram prejudicados. Mas a própria derrubada da liminar pelo desembargador, beneficiou tanto o parque quanto os piqueteiros. Para encerrar então, deixo minha solidariedade a vocês e o reconhecimento de que vocês que carregam as nossas tradições foram guerreiros, foram os primeiros a defender o desenvolvimento da cidade e se colocar contra esse atraso defendido pela esquerda ultraradical de Porto Alegre. Valeu, e tamo junto!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente; colegas. Imagina se o pessoal da esquerda apoiasse os piqueteiros! Chega a ser uma hipocrisia o que a gente escuta aqui na frente; apoiam os piqueteiros, mas não apoiam as obras que estavam acontecendo para que o Acampamento Farroupilha pudesse dar continuidade. Mas eu vou dizer para vocês: hoje está chovendo, as obras já estão atrasadas, e esse atraso vai ter o nome e o sobrenome daqueles vereadores que querem o quanto pior melhor. O atraso das obras vai ter nome e sobrenome, senhores! É uma hipocrisia o que nós escutamos aqui: eu sou a favor dos piqueteiros; eu gosto do Acampamento Farroupilha. Ora, hipocrisia, se gostassem, faziam a liminar para uma

parte das obras. Não caíam nesta falácia. Fizeram o embargo de toda obra, principalmente aquela que leva água, esgoto, que faz com que as pessoas, as prendas não deixem seus vestidos totalmente enlameados. Isso é fala de quem nunca andou ali dentro. E vem o Ver. Jonas fazer um versinho, como se versinho fosse abrandar a hipocrisia do PT e do PSOL. Vereador Jonas, o senhor desrespeitou uma mulher negra, a querida Liliana. A Liliana foi desrespeitada com a sua fala no outro dia. O senhor, que se diz tradicionalista, não respeitou uma mulher que tem 38 anos de tradicionalismo, a mais premiada na história do Enart como declamadora, e o senhor vem me dizer que aqui respeita as tradições? O senhor é o primeiro machista e contra o tradicionalista. Ser gaúcho, Ver. Jonas, é o estado de espírito, já dizia Paixão Côrtes. O senhor não vem aqui agora tentar amenizar a sua fala dizendo que é a favor dos piqueteiros, porque flecha lançada, palavra dita e bala de canhão não tem volta; falou, agora assumo as responsabilidades. Não vejo a preocupação desses que aqui falam de meio ambiente a favor do tradicionalista quando apoiam invasões, invasões ao lado de arroios, invasões que queimam Maricás, aí a invasão pode. Aí, piqueteiros, a invasão pode porque está tudo bem. É hipocrisia, não caíam na conversa, na lorota. A decisão do desembargador Marcelo Bandeira Pereira é um verdadeiro tratado que recoloca a verdade no primeiro plano, que mostra o quanto foi usado daquela liminar para destruir o Acampamento Farroupilha. Aliás, é base destruir tradições, destruir a família, desconstruir aquilo que homens e mulheres aqui neste solo trouxeram e fizeram, porque destruindo cultura,

destrói o nosso futuro, e é isso o que eles querem. Acampamento Farroupilha é cultura, é educação só quem está lá sabe a respeito dos projetos que são feitos por cada piquete, com premiação, com um cuidado enorme para que crianças e adolescentes também passem por lá para ver o que está acontecendo e levem adiante a nossa cultura. O Ver. Aldacir Oliboni vem aqui e diz: “Nós somos a favor dos piqueteiros.” Mas, vereador, como é que iria ter o acampamento se as obras estavam paradas? O senhor me explique isso, pois sem obra e acontecendo o acampamento, não existe. O senhor me explique porque eu quero saber. E dizer para vocês: nós vencemos, nós, gaúchos, vencemos, e não vamos afrouxar o garrão porque essa gente gosta, sim, de fazer caranguejada, e quem cavalga, na verdade, não precisa usar a esporra como diz o nosso prefeito Melo. É, sim, e nós vamos também fazer nominal, por que agora todo mundo vai ser a favor dos tradicionalistas e depois vai lá pedir voto. Muito obrigada. Viva o Acampamento Farroupilha.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre presidenta em exercício, Ver.^a Cláudia; colegas vereadores e vereadoras, saudação a todos os cidadãos que estão nos acompanhando pela TVCâmara, piqueteiros que estão aqui. Nós somos educados, nós respeitamos o contraditório sem estar ofendendo as pessoas, e aí eu pergunto a algumas

peças que não sabem, às vezes, pronunciar: O que é gentrificação? É afastar os pobres de algo a que eles antes tinham acesso livre, mas agora com a concessão apresenta uma infinidade de possibilidades de recreação para cobrar ingresso. Quando feita a concessão do Parque da Harmonia, aprovada aqui nesta Casa, não podia cobrar ingresso, teve uma emenda inclusive deste vereador que não poderia cobrar ingresso! Vamos ver se vão cobrar ingresso, porque as cancelas estão postas. Eu nunca vi tanta cancela no Harmonia! Ontem nós estivemos lá fazendo um ato de solidariedade e de protesto contra a GAM3, que devastou, que descaracterizou o parque, e percebemos inúmeras cancelas. Será que aquelas cancelas vão ficar fechadas? Grande parte do Parque da Harmonia é utilizada pelos piqueteiros, no passado eram mais de trezentos piquetes e, hoje, se não me engano, são duzentos e quarenta e poucos. Olhem só, os piqueteiros não deviam pagar para estar lá! Antes era o MTG que gerenciava a Semana Farroupilha – olhem as imagens! –, eram eles, e havia uma crítica enorme contra o MTG, porque somente havia possibilidade de a Brahma vender lá, que ganhava uma fortuna e não se solidarizava à estrutura do parque, aos piqueteiros. Agora quem é que está ganhando e não ajuda os piqueteiros? Não ajuda os piqueteiros! Os piqueteiros tiveram que pagar, o que menos pagou, pagou R\$ 1.200,00 – fora a estrutura toda que cada piqueteiro vai ter com o seu piquete.

Nós queremos ajudar não só a continuidade do evento, mas que esse evento seja cada vez maior e melhor. No passado, quando nós tínhamos certas restrições, havia um vereador que dizia o seguinte: “Colocar brita não dá, porque a brita é um problema para o meio ambiente”. Hoje não é só brita, hoje eles chamam de asfalto ecológico, hoje eles chamam de calçamento não sei o quê, mas, em compensação, estão tirando a área dos piqueteiros para estacionamento. Ontem estavam cobrando R\$ 50,00 para cada cidadão que adentrava. Mais de 1.100 carros entraram ontem no parque! Tem vídeos feitos do parque tomado por carros. O que vai ser do outro lado, que é o que está em questão? A área dos piquetes, tudo bem, há uma certa harmonia, temos que defender a Semana Farroupilha, mas a outra parte, onde tinha o rodeio crioulo? Os senhores observaram? Retiraram tudo, parece um deserto, com exceção da área próxima à Usina do Gasômetro, onde inclusive nós filmamos; tiraram árvores ali com mais de 40 anos sim. Sabe qual é a compensação que ofereceram? Cinco mudinhas para cada árvore de 40 anos! É um absurdo o tamanho da oferta que ora fizeram, como fizeram aqui na revitalização da orla, quando disseram que tinham plantado 30 mudas de Ipê ali no Parque da Harmonia. Se tiver um pé de Ipê lá, nós podemos plantar 10 por um, porque não tem nenhum Ipê plantado lá. Essa questão das compensações é muito papo furado, essa é a grande verdade. Por isso nós estamos do lado dos eventos importantes da cidade e dialogamos com todos, com certeza. Agora, a GAM3 e o governo, olha, esse filme ainda não passou; tem muita água para rolar nesse moinho. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23. (Pausa.)
(Problemas na conexão.)

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente Cláudio Araújo, que preside os trabalhos neste momento, senhoras e senhores vereadores, senhores e senhoras da assistência nas galerias e também público que nos assiste pelas mídias sociais da Casa do Povo de Porto Alegre, eu subo a esta tribuna para algumas coisas rápidas; a primeira delas é estender o nosso apoio aos piqueteiros que, além das adversidades normais ou do trabalho que vocês têm já para montar os piquetes, têm que ainda aturar caranguejos que querem atrapalhar a bonita festa de vocês. Eu não sou nativista, mas acho bonito, os meus filhos são gaúchos aqui de Porto Alegre, e, volta e meia, vamos lá, tem culto crioulo, tem bastante coisa, então eu vou lá; e, apesar de não ser um nativista, a gente apoia muito a difusão da cultura, da tradição. Até pelo meu recorte conservador na política, acho que as tradições precisam ser passadas, a chama crioula precisa continuar acesa. Por isso, esta moção vem em muito boa hora de apoio a vocês que estão esta tarde toda aqui conosco. Então esse é o primeiro movimento que o Partido NOVO faz nesse encaminhamento de apoio aos piqueteiros, parabenizando os proponentes desta moção de apoio. E eu subo aqui também para responder ao líder do PT, o Ver. Jonas Reis, que no final de sua fala disse: “Ah, porque a direita *fake news*...” Quem falou que não era bom indicar amigo à suprema corte, porque maculava o processo, não foi a esquerda, nas últimas eleições. Quem disse isso foi o candidato do PT, que, obviamente, como sempre fez, espalhou uma *fake news* e acaba de guindar ao mais alto cargo do Judiciário um amigo pessoal, seu advogado pessoal, algo sem precedentes na história, pelo menos desde a redemocratização. Além disso, quem cortou verbas da alfabetização das nossas crianças, quem contingenciou o dinheiro da segurança pública, sendo que acusou, lá atrás, o antigo governo federal de tê-lo feito, de ser genocida, de não sei o quê, de atentar contra isso, contra a democracia, foi o próprio PT, do Ver. Jonas Reis que sobe aqui, Ver.^a Comandante Nádia, proponente, sobe aqui e chama a direita de *fake news*, quando, na verdade, em Brasília, o chefe da quadrilha, o Presidente da República, é o que mais espalha *fake news*. Além disso, Ver. Oliboni, o senhor trouxe aqui imagens que, na análise de discurso ou da filosofia 1.0 das aulas de lógica, se me lembro, na faculdade, são uma falácia de falsa premissa. O senhor não parte, Ver. Mauro Pinheiro, da mesma premissa. O senhor mostra o parque pronto, com as árvores, e depois, antes; depois o senhor mostra o parque no início das obras. Isso é uma falácia de falsa premissa. O senhor tem que trazer as imagens quando o parque estiver pronto. Aí o senhor tem uma premissa equânime para comparar, essa é uma lógica 1.0. Isso se chama falácia de falsa premissa, isso que o senhor fez hoje aqui, Ver. Oliboni. Então, Ver. Jonas, líder do PT, quem espalha *fake news* não somos nós; nós, do NOVO, da direita liberal. Para concluir, Sra. Presidente, já vai estourar o meu tempo, apenas para concluir: o Ministério Público foi e disse que não tem nada de errado; agora o Tribunal, o desembargador diz que não tem nada de errado e pode voltar a construir. Eles estão espalhando *fake news*, o Judiciário, meu nobre Mauro Pinheiro? Estão espalhando *fake news*? É evidente que não.

Apenas para encaminhar o nosso apoio e também dizer que não é a direita que espalha *fake news* nesse caso do Parque da Harmonia. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Cláudia Araújo, que preside esta sessão, demais vereadores, público que nos assiste, na verdade, subirem aqui para dizer que são a favor dos piqueteiros até não deveriam fazer, porque todos os gaúchos deveriam ser a favor da tradição do nosso Estado, e nada mostra mais as nossas tradições do que essa festa farroupilha que acontece no nosso parque, em setembro; mas, infelizmente, nós temos aqui alguns que são do contra tudo. Na verdade, eles são contra a cidade e procuram sempre buscar o pior da cidade para dizer que os que estão no comando da cidade não fazem bem e que eles têm que voltar. E agora o vereador aqui que me antecedeu, do Partido dos Trabalhadores, pelo menos, já melhorou, porque, em um discurso da semana passada, ele falou que as árvores eram centenárias; agora ele já falou que elas têm próximo de 40 anos, está melhorando – até a semana que vem, serão árvores com 10 anos, no máximo, 5 anos. Assim vai andando, e eles vão corrigindo, conforme vão perdendo, conforme a população vai descobrindo. Mas podem ter certeza que assim como foram contra a construção da orla do Guaíba, logo depois, quando o Parque da Harmonia estiver finalizado, como muito bem disse o Ver. Tiago Albrecht, eles vão estar lá. Vão estar lá e vão estar batendo fotografia, fazendo *selfie*, dizendo: “Que bonita a nossa cidade” – porque eles são contra agora. E aí, como diz o Presidente deles, “é tudo uma questão de narrativa”; e eles vêm e constroem uma narrativa do pior, querendo jogar a culpa, a lama nos outros colegas vereadores, na Prefeitura, mas, no fundo, eles só querem é fazer a confusão, como sempre, porque eles não conseguem produzir nada de produtivo, então ficam mandando contra tudo. E aí, vêm agora dizer que são contra o projeto que já foi aprovado pela maioria dos vereadores da gestão passada, que são as melhorias que estão acontecendo no Parque da Harmonia. Quantas vezes nós estivemos lá no Parque da Harmonia em dia de chuva, e as pessoas lá reclamando que tinha que melhorar, que não dava para andar por causa do barro; agora, vai ser arrumado, mas eles são contra: querem barro, mas, quando chover, se tiver não tiver asfalto, eles vão dizer que tinha que ter asfalto. Na verdade, eles são contra qualquer coisa; eles são contra porque quanto pior melhor. Então, nós já estamos acostumados. E vai ficar bonito nosso Parque da Harmonia. Entraram na justiça porque querem buscar algo de diferente para realmente só aparecerem na mídia. A justiça até deu uma liminar num primeiro momento, porque não sabia e acreditou nas falácias que contaram na narrativa; agora já viram que não é nada disso, que a construção é séria, que foi liberada pelo nosso secretário Germano, está tudo *ok*, está tudo dentro da regulamentação. O nosso parque vai ficar mais bonito do que já era, a população vai estar lá, nós vamos aproveitar e eles também vão ir lá, viu? Eles que são contra, quando vocês estiverem com tudo organizado, eles vão lá tomar

chimarrão, comer churrasco. Aí vocês vão lembrar: “Mas o que tu estás fazendo aqui, tchê? Tu não eras contra?” Então, é assim mesmo. Vocês acostumem, porque nós, aqui na Câmara, já estamos acostumados, porque eles são contra tudo, mas depois que está aprovado e ficar bonito, eles vão lá bater palmas, fazer *selfie*. Então, vocês já fiquem preparados, porque eles vão ir lá. É normal isso aí. O Oliboni já mudou, no início a árvore tinha 100 anos, depois ele descobriu que o parque não tem 100 anos, que aquilo ali era um rio, não poderia ter árvore, agora já baixou para 40 anos, na semana que vem vai estar em 20 anos, depois era um arbusto e assim vai indo. Então, pessoal, nós somos a favor. Não precisava nem dizer, porque se tu és gaúcho, como é que vai ser contra a maior festa de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul para festejar a nossa terra? Então, nós somos favoráveis, sim; somos favoráveis às obras, às melhorias. Tenho certeza de que vai ficar muito bonito e nós vamos comemorar juntos. E eles também vão ir lá tomar um chimarrãozinho. Muito obrigado e contem conosco sempre. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Só para informar o Ver. Moisés que nós estamos tentando solucionar o problema de som, mas ainda não foi resolvido. Assim que resolvido, eu passo a palavra a Vossa Excelência.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente da nossa sessão, Ver.^a Cláudia; colegas vereadoras e colegas vereadores. Ver.^a Nádia, ao ouvir V. Exa. aqui falar do machismo que ocorreu nesse processo, confesso que desencadeou, como diz um colega vereador, alguns gatilhos mentais, e eu me inscrevi, portanto, para subir a esta tribuna e dizer que viver em uma sociedade machista de verdade nos desafia. E hoje, Comandante Nádia, hoje, 7 de agosto, nós temos a Lei Maria da Penha, que completa seus 17 anos. Essa lei não é apenas um conjunto de artigos e normas legais, mas um marco crucial na batalha incansável contra a violência doméstica no Brasil. Desde a sua promulgação, em 2006, ela não apenas nos apresenta um avanço significativo na proteção dos direitos das mulheres, mas também se tornou a voz unificada da sociedade que clama por um futuro sem violência. A relatora da matéria, deputada Jandira Feghali, do PCdoB, construiu a participação da sociedade brasileira para uma das leis mais avançadas no mundo e um marco decisivo, porque ela faz a tipificação, a qualificação do enfrentamento à violência doméstica onde as mulheres são as principais vítimas. Portanto, somos nós – somos nós – que temos que ter a tarefa de garantir o funcionamento da lei unindo recursos, esforços e vontades para transformar o papel da Lei Maria da Penha em uma promessa real diferente – diferente! – do que Melo tem feito em Porto Alegre. Por exemplo, na LOA de 2022, foram destinados R\$ 11 mil – um valor, diga-se de passagem, menor do que o salário de um vereador – para a Casa da Mulher Brasileira. Garantir recursos e a efetiva lei, na prática, na vida, e na vida real, garantir é garantir um Brasil, um Rio Grande do Sul, uma Porto Alegre onde as mulheres possam viver sem medo, com dignidade e

respeito. Temos o direito de viver sem violência. Seguimos pela vida das mulheres. Não é possível que, no primeiro semestre deste ano, nós amargamos 19 tentativas de feminicídios em Porto Alegre, duas mulheres se foram pelo feminicídio. Tivemos 1.625 ameaças de feminicídio. Portanto, é pela vida das mulheres que eu subo a esta tribuna, aproveitando espaço para dizer a todos vocês que nos visitam, eu sou uma prenda de salão do CTG Paixão Côrtes, muito dancei, estive em muitos rodeios proclamando, sim, e hoje ao ver aqui e ouvir, eu posso dizer a nossa Virgem Maria, primeira prenda do céu, pedindo socorro a São Pedro, capataz da Estância Gaúcha, para dizer que aqui todos somos gaúchos e gaúchas, não misturem alhos com bugalhos. Defender a cultura do Rio Grande do Sul, os espaços para cultivar as tradições, sejam por piquetes ou por CTGs, nós continuaremos a defender. Não é possível que a gente vá ao Harmonia, como eu fui no ano passado, e veja muito menos acampamentos do que no ano anterior e no outro ano, porque tem que pagar. Fui atrás para ver o que estava acontecendo, porque o silêncio me incomodava, e soube da divisão do MTG da divisão que estava acontecendo lá dentro, e muitos CTGs, muitos piquetes levaram a chama da tradição para o seu espaço específico, e não para o Harmonia. Eu quero este ano ver todos e todas lá; ver lá, abaixo do sol, sem árvores, sem poder ver os quero-queros, sem poder ver os passarinhos. E espero, sim, que a Prefeitura coloque placas de sinalização, porque a cada árvore derrubada serão cinco plantadas em outros lugares. Então, coloquem placas de sinalização para que os passarinhos saibam para onde eles têm que migrar, porque eles vão ter que sair, ali não vai ter mais o que eles fazem ali. Muito obrigada. Estamos juntos.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Ver.^a Cláudia Araújo, o Ver. Moisés está com dificuldades de comunicação, fez uma ligação e me pediu para fazer uma questão de ordem a respeito da pronúncia do Ver. Aldacir Oliboni, do PT – Partido dos Trabalhadores, quando fala da Emenda nº 04, do projeto que foi aprovado por esta Casa, que concedeu os parques e praças. O Ver. Moisés fala que o Ver. Oliboni novamente se enganou, assim como se enganou da árvore, que não tem 100 anos, já está em 40, vai chegar em 5. A Emenda nº 04, de autoria do Ver. Moisés Barboza, diz o seguinte: “Vedada a cobrança para ingresso nas praças e/ou parques urbanos concedidos, sendo permitido, porém, que o edital de licitação e o contrato prevejam a possibilidade de cobrança por serviços ou atividades específica. Ver. Moisés Barboza.” Então essa é a Emenda nº 04, do projeto aprovado sobre os parques e praças. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Mauro Pinheiro.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Cláudia Araújo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste

nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores; também quero aqui me somar, em especial à representação da Aiamu, ao presidente Johnny – obrigado pela presença. Quero aqui também agradecer a presença dos representantes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, nossos piquetes, nossos CTGs, nosso DTGs; quero dizer que estivemos todos apreensivos, sim, é verdade, e no dia em que foi concedida a medida judicial que paralisou as obras do parque, ficamos todos apreensivos, Presidente, porque estamos às vésperas do Acampamento Farroupilha, e nos pareceu que simplesmente suspender as obras do parque por ocasião da remoção das árvores, seria mais ou menos um não ata nem de desata, como diz o ditado, porque nós não iríamos andar nem para trás, nem para frente. As árvores que foram removidas serão, na medida de três para um ou de cinco para um, replantadas, não tem o que fazer. E simplesmente suspender as obras não me parecia, digamos assim, a alternativa mais inteligente às vésperas do Acampamento Farroupilha. E que bom que o nosso Judiciário teve uma lucidez de decisão, liberando a obra, o que está agora, então, garantindo ali. Eu passei hoje aqui no Harmonia; se não tivesse liberado as obras, não teria como ter uma multidão – Lili, te cumprimento, porque foste ativista nesse processo. Eu estive lá na entrega, com todos os presentes, dos alvarás; então, o pessoal estava apreensivo, não sabia o que ia acontecer. Então, cumprimentando a Lili, também cumprimento todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão engajados. No ano passado, tivemos uma linda festa; quiçá a deste ano vai ser mais bonita ainda, mantendo acesa a chama da nossa tradição, através desse que é uma referência, o Acampamento Farroupilha. Então, a gente fica muito feliz aqui em ver que realmente encontramos uma solução. Eu acho que, obviamente, todos nós aqui somos a favor do meio ambiente, de um desenvolvimento urbano sustentável, sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações – isso aí é uma coisa que não está em questão aqui. Todos nós queremos espaços urbanos de uso coletivo com qualificação. A gente vê ali, agora, em frente à pista de *skate*, quantas árvores foram plantadas ali, árvores de porte médio a grande – não é, Ver. João Bosco Vaz? Ali a gente percebe que realmente existe todo um cuidado com essa questão. Que bom, inclusive, que a substituição das árvores exóticas está sendo feita por árvores nativas, porque, às vezes, o pessoal pensa, por exemplo, numa árvore frutífera, mas, às vezes, Paradedada, a fruta que os humanos comem não é a mesma dos passarinhos. Então, é nas árvores nativas que se encontra a frutinha que vai manter essa preocupação das aves, dos seres humanos, dos animais, os vegetais; estamos todos, obviamente, preocupados com essa questão ambiental; ninguém está aqui a favor do desmatamento, nem coisas que o valha. Agora, qualificar um espaço urbano, melhorar as condições para que as pessoas usufruam o parque, fazer investimentos, realmente é mais ou menos aquele ditado que diz que querer fazer um omelete sem quebrar os ovos não dá. É a mesma coisa, para que a gente possa ter um hospital de clínicas com o nível de padrão de excelência que temos hoje ali, com a régua elevada, tivemos que fazer ali alguma intervenção – obras e infraestrutura –, o que nos permitiu inclusive fazer o enfrentamento à pandemia à altura do que foi necessário no período em que se impôs ali que nós tivéssemos uma rede hospitalar à altura do tamanho da necessidade do povo gaúcho. O mesmo aqui no nosso Parque da Harmonia: não há como

se falar na possibilidade de realizar o evento sem que se concluam ali as obras que ainda estão por vir. E olha que vai ter que ser pegada ali essa obra para, em um mês, estar em condições de bem receber o pessoal, com a questão da água, da iluminação, enfim, de tudo o que diz respeito ali ao calçamento e à infraestrutura básica e necessária para que os nossos piqueteiros, para que os nossos tradicionalistas realizem ali a nossa tão tradicional festa do Parque da Harmonia, mais uma vez, este ano, em uma bela edição, que eu tenho certeza que vai ser muito bacana. Cumprimento a iniciativa daqueles que sensibilizados aqui também se somam à preocupação daqueles que estão envolvidos com a realização da festa e com a preservação de um espaço à altura do tamanho, da grandeza do nosso evento, que é a realização, no Harmonia, do Acampamento Farroupilha. Pela atenção, muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 153/23, como coautora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde, colegas. Subo a esta tribuna novamente hoje para defender esta segunda moção, uma moção um tanto quanto óbvia em tempos normais, mas necessária em tempos de narrativas e mentiras sendo disseminadas pela esquerda de sempre. Dizem que apoiam os piqueteiros, mas não queriam as melhorias no parque. Eu não entendo isso, sinceramente. Eu queria aqui deixar a Ver.^a Abigail bem tranquila, porque as árvores vão ser replantadas no próprio parque, elas não vão ser replantadas em outros locais fora do parque. São R\$ 1,2 mil para subsidiar os 45 dias de evento, para pagar a água e a luz; então não é como nas invasões, em que se invade e não se paga água, nem luz. Os piquetes têm direito à água e à luz durante 45 dias e pagam esses R\$ 1,2 mil, e não é para GAM3. Ao Ver. Oliboni, que está tão preocupado com todas essas questões, sugiro que vá mais às reuniões das comissões dos festejos, de onde é suplente, que saberia o que acontece lá dentro. Uma árvore exótica ou doente tirada para cada cinco nativas, com certeza teremos um parque muito mais bonito em pouquíssimo tempo. Essa esquerda regressista que é contra tudo – que torce e trabalha pelo quanto pior melhor, porque só assim se elege – vem aqui falar isso, e enquanto isso o imperador manda fechar praias para que possa tomar banho com privacidade. Ver. Oliboni, o parque é de todos, mas pelo jeito a praia não é, porque se manda a Polícia Federal e a Marinha retirar as pessoas que estavam em seu momento de lazer para que ele possa usufruir sozinho da praia, como se imperador fosse, tirando o direito das pessoas; este Presidente que gosta de ficar em suíte real – não é nem presidencial, suíte real – e gastar mais de R\$ 400 mil em diárias em dois dias, agora está lá em Alter do Chão, mandou fechar dez cabanas de luxo a R\$ 800 a diária, pagos com o nosso dinheiro, mas não gosta de conviver com gente, nem com pobre, manda todo mundo sair da praia para poder usar. Então, sim, o parque é de todos, mas a praia parece que não é. Eu quero ver a esquerda hipócrita se pronunciar em relação a isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 153/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): Presidenta Cláudia, eu tenho certeza que os vereadores e vereadoras que não votaram por alguma dificuldade são favoráveis – os que não votaram podem depois confirmar a intenção de votar favoráveis. Eu quero parabenizar os autores desta moção, porque eles, ao final das contas, mostraram que não há essa falsa polêmica. Nós todos aqui estamos a favor e queremos o melhor para o Acampamento e para o Parque. Parabéns a todos, e posso falar aqui em nome dos ausentes.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Marcelo Sgarbossa, e quero registrar também que não votei favorável porque estou presidindo os trabalhos, e o voto de Presidente é tão somente para desempate. Solicito que os líderes se aproximem. (Pausa.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): (18h35min) Está encerrada a Ordem do Dia, conforme acordo de lideranças.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos e do Ver. José Freitas, solicitando que o período de Grande Expediente seja transferido para a próxima sessão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0365/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 007/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui § 7º no art. 15 da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987 – que revoga a Lei Complementar nº 32, de 07 de janeiro de 1977, estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a suspensão do abastecimento de água se, no caso de inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas de uma ou mais das 3 (três) últimas contas emitidas para o ramal predial, for

apresentada a comprovação de pagamento pelo usuário no ato da suspensão do fornecimento. (SEI 039.00035/2023-15)

PROC. Nº 0627/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 010/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que inclui art. 20-A na Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987 – que revoga a Lei Complementar nº 32, de 07 de janeiro de 1977, estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos, e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a cobrança do usuário por substituição de hidrômetro em caso de furto. (SEI 197.00110/2023-71)

PROC. Nº 0029/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 011/23, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que cria o Programa de Proteção à Pessoa Idosa – Rede Prata no Município de Porto Alegre. (SEI 020.00013/2023-63)

PROC. Nº 0314/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 156/23, de autoria da Ver^a Mari Pimentel e do Ver. Tiago Albrecht, que estabelece a disponibilização dos dados do cadastro imobiliário do Município de Porto Alegre relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) para consulta e *download* por meio de portal de informações. (SEI 211.00039/2023-82)

PROC. Nº 0647/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 368/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht e da Ver^a Sâmila Monteiro, que cria o Programa Aqui Tem Luz. (SEI 055.00011/2023-40)

PROC. Nº 0648/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 369/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que institui a Política de Transparência do Índice de Cumprimento de Viagens (ICV) do Transporte Público no Município de Porto Alegre. (SEI 298.00046/2023-16)

PROC. Nº 0808/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede a Comenda Porto do Sol a Deltan Martinazzo Dallagnol. (SEI 197.00155/2023-45)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0620/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/23, que altera o § 3º, inclui o inc. XII no *caput* e revoga o § 4º no art. 3º da Lei nº 5.994, de 25 de novembro de 1987, que cria o fundo municipal para restauração, reforma, manutenção e animação do Mercado Público de Porto Alegre. (SEI 118.00458/2023-37)

PROC. Nº 0921/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 452/22, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que altera o inc. I e o § 1º do art. 51 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município e dá outras providências –, e alterações posteriores, para excepcionar a vedação aos veículos de divulgação e anúncios que tratem de prevenção de suicídio nos locais em que especifica. (SEI 037.00634/2022-50)

PROC. Nº 0226/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 104/23, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que veda a contratação pelo Município de Porto Alegre de pessoas jurídicas que não atendam a condição de igualdade salarial entre homens e mulheres que exerçam funções semelhantes. (SEI 234.00068/2023-21)

PROC. Nº 0461/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 252/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que garante acompanhamento psicológico a mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos. (SEI 299.00063/2023-44)

PROC. Nº 0464/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 255/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Sarandi no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00099/2023-94) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0477/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Programa Brigadas de Incêndio nas escolas municipais da rede pública de ensino. (SEI 024.00088/2023-41)

PROC. Nº 0523/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 303/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Menino Deus no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00133/2023-21) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0524/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 304/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Farrapos no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de novembro e na semana compreendida do dia 11 a 17 de novembro de cada ano. (SEI 222.00134/2023-75) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0530/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 310/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Mario Quintana no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de dezembro e na semana compreendida do dia 16 a 22 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00140/2023-22) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0626/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 359/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui a efeméride Dia do Técnico Industrial Municipal no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 23 de setembro de cada ano. (SEI 019.00112/2023-57)

PROC. Nº 0632/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 360/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que altera o artigo 1º da Lei 4811, de 13 de novembro de 1980, que denomina Praça das Flores um logradouro público. (SEI 039.00054/2023-41)

PROC. Nº 0637/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 363/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Policial Militar no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de abril. (SEI 222.00164/2023-81)

PROC. Nº 0643/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que institui homenagem à Imigração Italiana, constituída por um monumento a ser erigido na Praça Itália, localizada no bairro Praia de Belas. (SEI 138.00044/2023-98)

PROC. Nº 0657/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 371/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Moto Clube Bodes do Asfalto no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 1º de agosto. (SEI 222.00169/2023-12)

PROC. Nº 0659/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 372/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que denomina Sócrates Hagi Frantzeski o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula Cinco Mil Cento Sessenta Cinco, localizado nos Bairros Campo Novo, Espírito Santo e Hípica. (SEI 138.00060/2023-81)

PROC. Nº 0662/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 373/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao

senhor Evilázio Francisco Borges Teixeira. (SEI 036.00108/2023-71)

PROC. Nº 0670/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 375/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Beach Tennis no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 4 de novembro. (SEI 222.00171/2023-83)

PROC. Nº 0677/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 379/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que inclui a efeméride Dia Contra o Racismo no Futebol no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de abril de cada ano. (SEI 165.00008/2023-05)

PROC. Nº 0679/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 380/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Estudante na Escola no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 11 de agosto de cada ano. (SEI 222.00172/2023-28)

PROC. Nº 0680/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 381/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Mestre e Professor de Muay Thai no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de março de cada ano. (SEI 222.00173/2023-72)

PROC. Nº 0681/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 382/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal das Vendedoras e dos Vendedores Ambulantes no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 14 de novembro. (SEI 222.00174/2023-17)

PROC. Nº 0682/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 383/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Motorista de Aplicativo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 25 de julho. (SEI 222.00176/2023-14)

PROC. Nº 0683/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 384/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal da Comunidade Helênica no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas

Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 25 de março. (SEI 222.00177/2023-51)

PROC. Nº 0685/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 385/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Moussaka Grego no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de março de cada ano. (SEI 222.00179/2023-40)

PROC. Nº 0686/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 386/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Baklava Grego no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de março de cada ano. (SEI 222.00178/2023-03)

PROC. Nº 0693/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 389/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia da Gastronomia Grega no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de março de cada ano. (SEI 222.00180/2023-74)

PROC. Nº 0695/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 391/23, de autoria do Ver. Conselheiro Marcelo, que inclui a efeméride Dia e Semana do Parque Marechal Mascarenhas de Moraes no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 2 de julho e na semana compreendida do dia 1º a 7 de julho de cada ano. (SEI 226.00112/2023-10)

PROC. Nº 0696/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/23, que altera as descrições analíticas dos cargos de provimento efetivo de Arquiteto, Assistente Social, Biólogo, Biomédico, Cirurgião-Dentista, Enfermeiro, Engenheiro, Farmacêutico, Físico, Fisioterapeuta, Médico Clínico Geral, Médico Especialista, Médico Veterinário, Nutricionista, Técnico em Nutrição e Dietética, Técnico em Enfermagem, Técnico de Segurança do Trabalho, e Terapeuta Ocupacional, constantes no Anexo I, letra "b" - Especificação de Classes, da Lei nº 6309, de 1988; e inclui o art. 87-A à Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988. (SEI 118.00481/2023-21)

PROC. Nº 0697/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 392/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a Daniel Scola. (SEI 220.00168/2023-61)

PROC. Nº 0701/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 393/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Geraldo Lomando o logradouro público conhecido como Rua M Vila Nova Santa Rosa, localizado no Bairro Santa Rosa de Lima. **(SEI 039.00062/2023-98)**

PROC. Nº 0706/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 394/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que inclui a efeméride Dia Municipal de Valorização do Futebol Feminino no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 17 de abril. **(SEI 299.00092/2023-14)**

PROC. Nº 0598/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 052/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Senhor Ildelfonso Cruz da Silva – presidente do NAREP (Núcleo de Apoio e Ressocialização Pessoal). **(SEI 215.00063/2023-18)**

PROC. Nº 0630/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/23, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que concede a Comenda Porto do Sol ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Restinga. **(SEI 154.00037/2023-70)**

PROC. Nº 0650/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/23, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Sandro Roberto Giannastasio. **(SEI 036.00103/2023-49)**

PROC. Nº 0688/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 056/23, de autoria do Ver. Eng^o Comassetto, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Hospital Restinga e Extremo Sul. **(SEI 154.00038/2023-14)**

PROC. Nº 0690/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 057/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias no Estado do Rio Grande do Sul. **(SEI 207.00026/2023-18)**

PROC. Nº 0390/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 199/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que institui o Selo de Responsabilidade Social às empresas e demais instituições que aderirem ao Projeto de Intermediação de Mão de Obra Verde Oliva (IMO VO) no Município de Porto Alegre. **(SEI 025.00044/2023-10)**

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não há inscritos para discutir a Pauta. Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h35min.)

* * * * *